

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	5
RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES	8
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	10
INVESTIMENTOS	20
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO.....	21
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	21
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	22
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	22
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	23
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	30
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS	31
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	32
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	33
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	35
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	36
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	37
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	38
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	39
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	40
1. CONTEXTO OPERACIONAL	40
2. BASE DE PREPARAÇÃO	41
3. DAS CONCESSÕES	54
4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	56
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	56
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	56
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	57
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	58
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	58
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	61
11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	61
12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	61
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	62
14. INTANGÍVEL	65
15. FORNECEDORES	66
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	67
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	67
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	70
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	71
20. PROVISÕES.....	75
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	81
22. RECEITA.....	84
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	86
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	88
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	89
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	91
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	98
28. SEGUROS.....	100
29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	100
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	101
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	101
32. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	101
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	103
PARECER DO CONSELHO FISCAL	105
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES.....	106
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	107

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na posse da nova Diretoria da CEMIG, em 23 de janeiro de 2015, O Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, descreveu, em breves linhas, as diretrizes que orientarão a atuação da CEMIG nos próximos anos:

“Não vai faltar apoio do Governo do Estado, para que o principal objetivo que eu acho que está posto, que é conciliar o interesse legítimo dos acionistas, interesse pela produtividade, pelos resultados, pelo desenvolvimento, com o interesse bem legítimo dos trabalhadores com condições seguras de trabalho e salários adequados, e o interesse dos consumidores de eficiência e qualidade”.

“Então não há nenhuma contradição entre buscar o que o acionista quer, que é legítimo, como também conciliar com o que o consumidor deseja e o trabalhador espera. Esse é o grande desafio da CEMIG e creio que é o grande desafio de qualquer empresa que combina Estado como o acionista e interesse privado legítimo também como acionista. É um desafio que eu tenho certeza assim que o conselho vai saber julgar e a diretoria também”.

Temos a percepção clara do desafio.

A Cemig, controladora da Cemig D, sempre teve e continuará tendo um papel de relevância no setor energético brasileiro, atuando como um dos grandes grupos consolidadores do setor e utilizando-se da sua experiência, nos mais de 60 anos de existência, na implantação de grandes empreendimentos.

Na Cemig D, temos investimentos previstos para o período de 2015 a 2018, data da próxima revisão tarifária, próximos a R\$3 bilhões, o que demonstra o nosso compromisso com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de prover energia de qualidade aos nossos 8 milhões de consumidores no Estado de Minas Gerais.

Além do seu programa de investimentos, a Cemig D é uma companhia com qualificação e corpo técnico altamente capacitado para atuar firmemente, junto ao governo estadual e federal, no aprimoramento do sistema tarifário de energia, na redução dos custos na geração de energia e no atendimento com mais qualidade aos consumidores.

No que se refere à gestão operacional, vamos buscar atender aos critérios de eficiência e qualidade com custos módicos e compatíveis com as melhores práticas globais e nacionais. O atendimento às normas regulatórias será prioritário no que se refere aos negócios regulados.

Dessa forma, vamos empregar as melhores práticas de gestão de pessoas para assegurar a qualificação das pessoas que trabalham em nossa Empresa.

Ressaltamos, também, os avanços que precisamos ter na redução de perdas técnicas e não técnicas, em campanhas de uso eficiente de energia que podem trazer diversos ganhos para a Cemig D, nossos diversos públicos e também para o meio ambiente.

Todas as nossas ações serão sempre baseadas nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, o que se manifesta na presença da CEMIG, Controladora da Cemig D, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e no índice pelo Pacto Global da ONU, o *Global Compact 100 (GC100)*, que reúne cem empresas mundiais comprometidas com a sustentabilidade corporativa vinculada ao melhor desempenho no mercado de capitais.

Além dos desafios inerentes à Companhia, teremos que lidar em 2015 com uma maior pressão sobre os custos da energia, com o despacho das usinas térmicas para atender ao consumo, tendo em vista o baixo nível dos reservatórios das usinas, em função do reduzido volume de chuvas observado desde o final de 2013.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses em relação às médias históricas será fator determinante para a política energética e preços de energia para o curto e médio prazo.

Importantes medidas de sinalização dos custos de geração, como as bandeiras tarifárias, já começaram a ser implantadas, depois de um ano de testes. O conhecimento adquirido nos últimos anos é aprimorado pela constante vigilância dos órgãos reguladores no sentido da modicidade tarifária e da segurança energética.

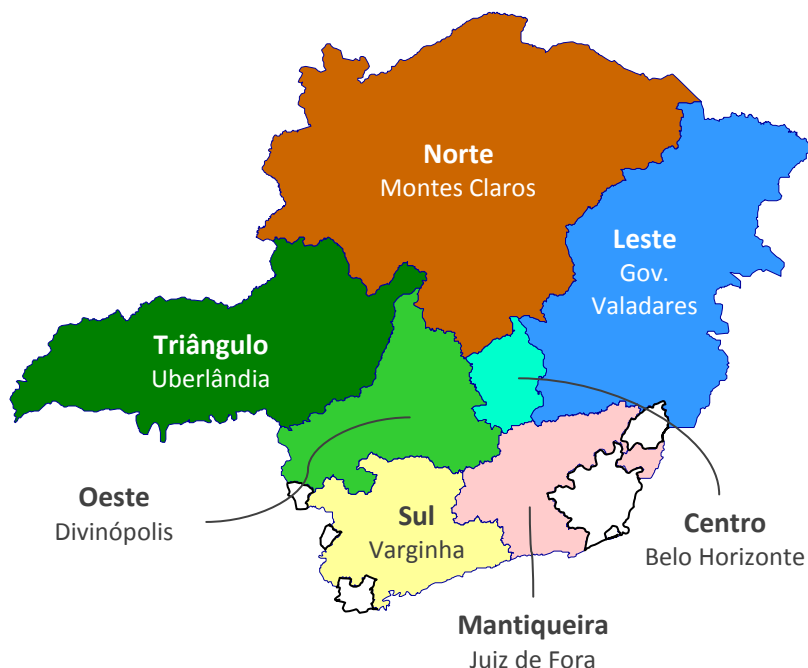
Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que a Cemig D continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 491.848 km de redes de distribuição (99.818 km em área urbana e 392.030 km de redes rurais) e 16.160 km de linhas de distribuição, com 8 milhões de consumidores faturados em dezembro de 2014.

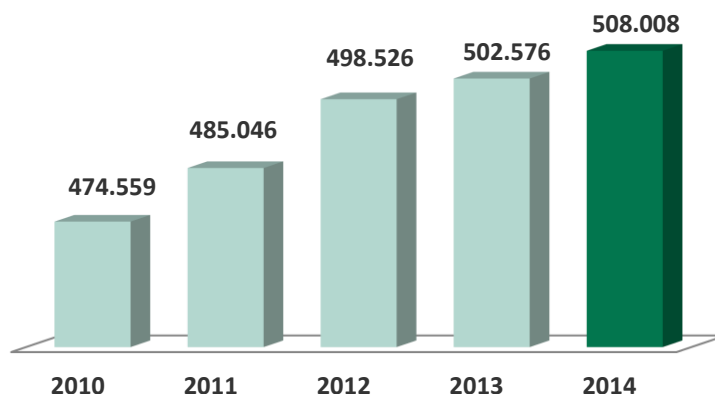
A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em dezembro de 2014 (6.445.860 consumidores) 15,1% são consumidores de baixa renda (975.408 consumidores).

Área de Atuação



No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das redes e linhas de distribuição da companhia nos últimos 5 anos.

Redes e Linhas de Distribuição (Km)



Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig Distribuição tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de distribuição de energia elétrica.

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente convertida na Lei 12.783/13, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A MP, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição alcançadas pela Lei 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

Dessa forma, a Companhia requereu a renovação dos contratos de concessão de distribuição. O prazo de vencimento dessas concessões é fevereiro de 2016. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

Ocorre anualmente, no mês de abril, exceto no ano em que houver revisão tarifária. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

A ANEEL definiu o índice médio de 16,33% para o reajuste das tarifas de energia elétrica da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, que passou a vigorar, pelos próximos 12 meses, a partir do dia 8 de abril de 2014. O aumento para o consumidor residencial foi de 14,24%. Para os consumidores industriais e o setor de serviços, atendidos em média e alta tensão de energia, o aumento médio percebido foi de 12,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão o aumento médio foi de 15,78%.

Do valor cobrado na fatura, apenas 25,8% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária. Os demais 74,2% são repassados para cobrir a compra da energia (39,8%), encargos setoriais (4,9%) e encargos de transmissão (3,5%), ICMS (21%) e PASEP/COFINS (5%), que são custos repassados aos governos estadual, federal e outros agentes do setor elétrico. O principal aumento de custos em 2014 foi o gasto com a compra de energia, em função da utilização das usinas termelétricas desde o ano passado. O aumento dos custos com compra de energia decorrente do reajuste foi de R\$ 679 milhões, quando comparamos 2014 com 2013. Somente esse componente é responsável por 7,80% do reajuste.

Nos 774 municípios de Minas Gerais onde a Cemig distribui energia, mais de 660 mil consumidores são rurais e cerca de um milhão são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio, pagando valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta num desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%. O próximo reajuste da Cemig D ocorrerá em abril de 2015.

Bandeiras tarifárias

A ANEEL instituiu, a partir de 2015, o mecanismo de bandeiras tarifárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica das permissionárias de distribuição, por meio da cobrança de valor adicional na Tarifa de Energia.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado pela bandeira verde, que indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário, e pelas bandeiras amarela e vermelha, que indicam condições menos favoráveis e críticas de geração de energia, resultando em adicionais à Tarifa de Energia.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias será realizado pelas distribuidoras à Conta Centralizadora, administrada pela CCEE, e os recursos disponíveis nessa conta serão repassados mensalmente às distribuidoras, considerando os custos realizados da geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

Gestão das Perdas

O Índice de Perdas Totais da Distribuição em 2014 foi de 11,00%, sendo 8,81% referentes às Perdas Técnicas e 2,19% relativos às Perdas Não Técnicas. Esse resultado está acima da meta regulatória estabelecida para o final de 2014, que é de 10,76%. Cabe ressaltar que, na definição dessa meta durante o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a Aneel promoveu mudanças significativas na metodologia de cálculo das perdas técnicas e perdas não técnicas, impondo limites desafiadores para a Cemig D no período de 2013 até 2017.

Em 2014, foram adotadas ações específicas para a mitigação das Perdas Técnicas como a continuidade do plano de compensação reativa de média tensão e substituição de transformadores convencionais antigos e sobrecarregados por transformadores novos com núcleo amorfo, que apresentam perdas técnicas 75% menores, e em 2015 serão instalados capacitores automáticos nas redes de média tensão.

Com relação à gestão das Perdas Não Técnicas, em 2014 foram realizadas 55 mil inspeções em unidades consumidoras proporcionando uma recuperação de energia de 66 GWh e um incremento de energia de 88 GWh. Esses montantes de energia correspondem a receitas agregadas de R\$ 39 e R\$ 27 milhões, respectivamente. Portanto, o processo de regularização em unidades consumidoras proporcionou uma receita adicional de R\$ 66 milhões.

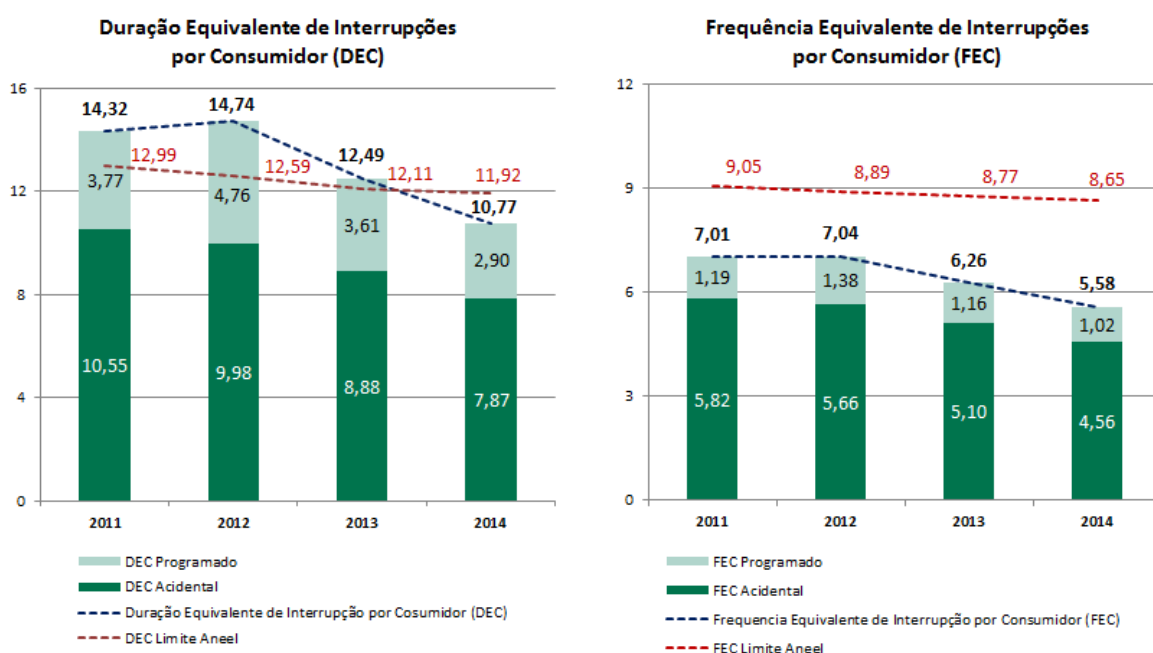
Além disso, foram realizados aprimoramentos na ferramenta para seleção de alvos de inspeção (SGC/SAP/SAS), melhoria na qualidade e na produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, substituição de aproximadamente 30 mil medidores obsoletos e regularização de 1.468 ligações clandestinas.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Qualidade no Fornecimento

A Cemig desenvolve ações e iniciativas com o objetivo de melhorar a gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento às emergências, e a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações, das linhas e redes de distribuição. Investe, também, na qualificação dos seus profissionais, em tecnologias de ponta e na padronização dos processos de trabalho.

Os gráficos delineados a seguir mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente Interrupções por Consumidor). Observa-se uma melhoria contínua e destacada dos valores destes indicadores, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo:



Política de Atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 621 Postos de Atendimento. Em 2014 foram registrados 9,4 milhões de contatos através deste canal.

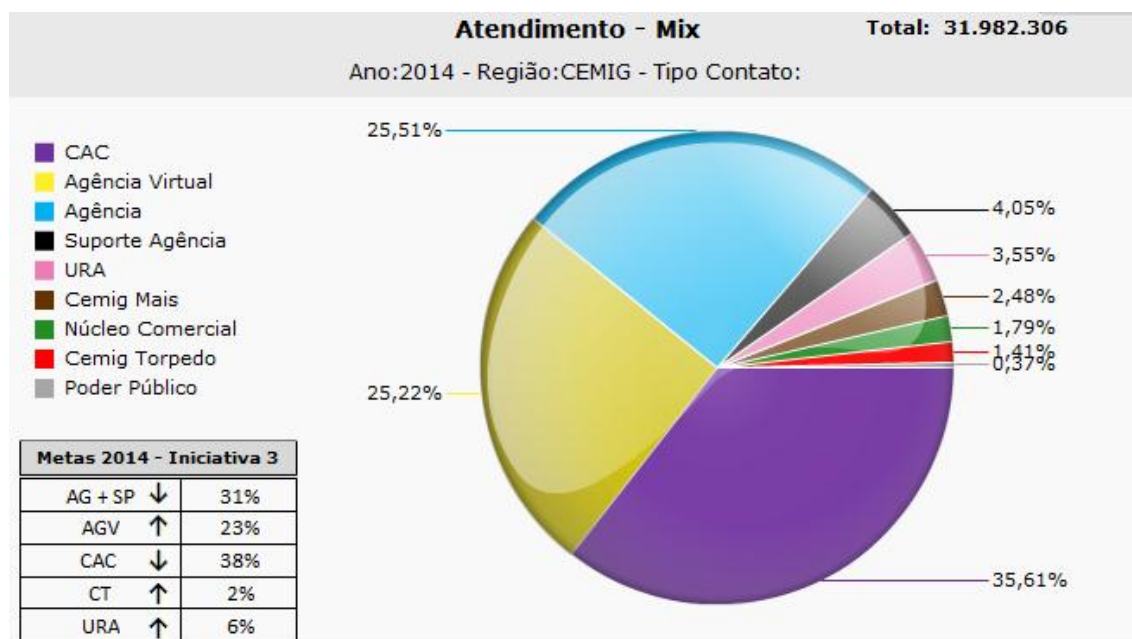
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, através dos números 116, 0800 721 0116 ou 0800 723 8007 (para deficientes auditivos). Com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2014 foi de 12,5 milhões.

Outro canal que merece destaque é o Cemig Torpedo que possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS, enviada para o número 29810. Basta o cliente informar o número do CPF do titular da conta, mas a palavra do serviço que a Cemig atende a solicitação. Em 2014 foram recebidas 452 mil mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS. Através deste canal os clientes podem registrar solicitação de falta de energia, informar a leitura do medidor, verificar os débitos pendentes e retirar uma segunda via da conta. Além disto, os clientes têm acesso a informações sobre um protocolo, informações sobre a Cemig, dicas de economia e um simulador de consumo.

No site da Cemig, reformulado visualmente com ícones mais intuitivos e com acesso aos serviços através do CPF/CNPJ e senha, o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento e cadastrar o envio da fatura por e-mail. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2014 mais de 8 milhões de contatos.

O gráfico a seguir mostra os canais de atendimento da Companhia com seus respectivos percentuais em relação ao total de atendimentos.



DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2014, lucro líquido de R\$430 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$490 milhões no exercício de 2013, representando uma redução de 12,24%.

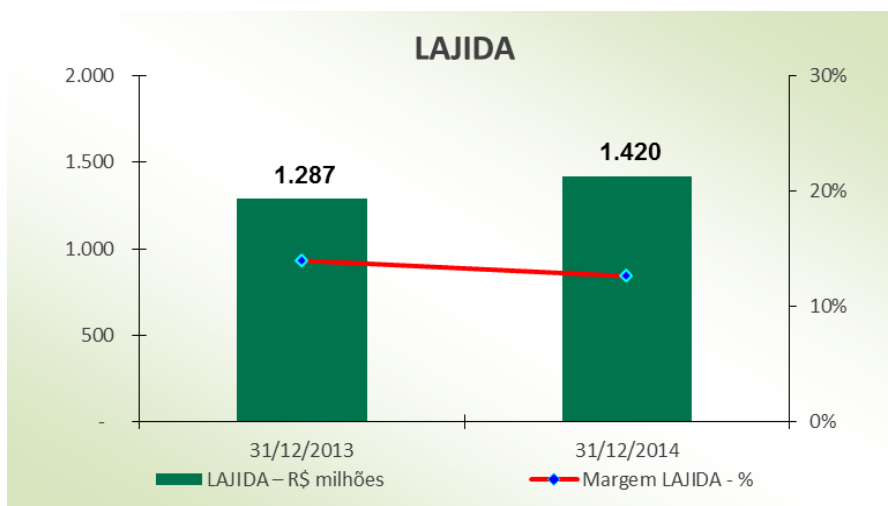
Este resultado deve-se, principalmente, ao melhor resultado financeiro de 2013, R\$393 milhões de despesa financeira líquida em 2014 na comparação com R\$194 milhões em 2013 em função dos créditos no valor de R\$162 milhões registrados no ano anterior em função de ganho de ação judicial que questionava a incidência de Pasep/Confins sobre as receitas financeiras.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição em 2014 apresentou um aumento de 10,33% em comparação com 2013.

LAJIDA - milhões	2014	2013	Var %
Resultado do Exercício	430	490	(12,24)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	169	187	(9,63)
+ Resultado Financeiro	393	194	102,58
+ Amortização	428	416	2,88
= LAJIDA	1.420	1.287	10,33



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA em 2014, em comparação ao mesmo período de 2013, deve-se, principalmente, ao reconhecimento do saldo da Conta de CVA e outros componentes financeiros.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2014	2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	11.443	9.816
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	894	1.047
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.107	-
Transações com Energia na CCEE	-	180
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	861	884
Outras Receitas Operacionais	1.039	814
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(4.103)	(3.535)
	11.241	9.206

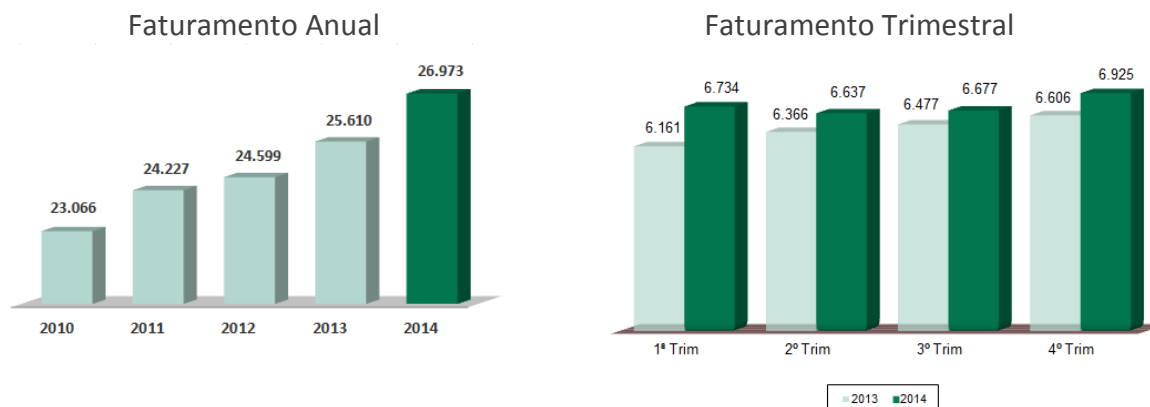
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

Os principais impactos na receita de 2014 com fornecimento de energia, com acréscimo de 16,57%, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 5,32% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais em 2014;
- revisão tarifária da Cemig Distribuição com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	2014	2013	Var %
Residencial	10.013.757	9.473.426	5,70
Industrial	4.076.645	4.044.861	0,79
Comércio, Serviços e Outros	6.030.715	5.693.262	5,93
Rural	3.390.096	3.028.459	11,94
Poder Público	891.454	860.709	3,57
Iluminação Pública	1.298.047	1.267.202	2,43
Serviço Público	1.272.365	1.241.898	2,45
Total	26.973.079	25.609.817	5,32

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

■ Residencial

O consumo residencial representa 37,13% da energia distribuída em 2014 e o crescimento de 5,70% no ano está associado à incorporação de consumidores, com expansão de 3,1% na base de clientes das classe e condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano. Em função desses fatores, o consumo médio mensal por unidade residencial em 2014 foi de 131,2 kWh/mês, com elevação de 2,2% em relação ao ano anterior, maior valor desde 2001.

■ Industrial

Esta classe representou 15,11% da energia vendida e apresentou um resultado estável, com um crescimento de apenas 0,79% no ano de 2014, comportamento associado a redução no ritmo da atividade econômica no ano.

■ Comercial e de Serviços

Esta classe representou 22,36% da energia vendida e cresceu 5,93% no ano de 2014, comportamento associado à ligação de novos consumidores e condições climáticas com temperaturas acima da média histórica em alguns meses do ano.

Os ramos mais representativos desta classe apresentaram as seguintes taxas de crescimento em 2014: Comércio Varejista (4,0%), Serviços de Alojamento e Alimentação (4,9%), Serviços de Comunicação (5,6%), Serviços de Saúde (4,1%) e Comércio Atacadista (9,4%).

■ Rural

Esta classe representou 12,57% da energia vendida e cresceu 11,94% em 2014, com o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com menor índice de chuvas em relação às médias históricas.

■ Demais Classes

A energia das demais classes – Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público, que representa, em conjunto, 12,83% da energia distribuída, totalizou 3.461.866 MWh com crescimento de 2,73% no ano de 2014, em relação a 2013.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2014 essa receita foi de R\$893 milhões comparada a R\$1.047 milhões em 2013, o que representou uma redução de 14,71%. Essa variação decorre, basicamente, de: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 10,30% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22% e novo impacto percebido no reajuste de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79%.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados no próximo reajuste tarifário da Cemig D, o que representou uma receita de R\$1.107 milhões em 2014. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada à exposição líquida positiva da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo ocorrida em 2013 cuja receita reconhecida foi de R\$180 milhões. Este resultado decorreu dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional em 2013, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período. Em 2014 a Companhia não teve excedente de energia para liquidação na CCEE.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$861 milhões em 2014, comparados a R\$ 884 milhões em 2013, uma redução de 2,60%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 27,64% nos períodos comparados (R\$1.039 milhões em 2014, em comparação a R\$814 milhões em 2013) decorrente, principalmente, dos fatores abaixo:

- aumento de R\$117 milhões na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- glosas autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas em 2014 no montante de R\$141 milhões comparadas a R\$57 milhões em 2013.
- Aumento de R\$23 milhões na receita de aluguéis e arrendamentos em função de reajustes contratuais e assinaturas de novos contratos.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$4.103 milhões em 2014 comparados a R\$3.535 milhões em 2013, representando um aumento de 16,07%.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Em 2013 os encargos referentes à CCC foram de R\$26 milhões, referente exclusivamente ao mês de janeiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$194 milhões, no exercício de 2014, comparados a R\$122 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 59,02%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Adicionais Lei 12.111/09

Em 2014 a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R\$6 milhões, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente. Em 2013, o valor registrado nessa rubrica é uma despesa de R\$8 milhões.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$10.249 milhões em 2014 comparados a R\$8.335 milhões em 2013, representando um aumento de 22,96%.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais podem ser vistas na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$886 milhões em 2014 comparados a R\$894 milhões em 2013, uma redução de 0,89%. Esse resultado decorre basicamente da maior provisão em 2013 referente a Programa de Demissão Voluntária, R\$52 milhões na comparação com uma provisão de R\$3 milhões em 2014. Essa variação foi parcialmente compensada pelo reajuste salarial de 6,85% a partir de novembro de 2013 (efeito integral em 2014).

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.748 milhões em 2014 comparados a R\$4.089 milhões em 2013, um aumento de 40,57%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Companhia ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa de R\$1.127 milhões em 2014 na comparação com R\$236 milhões em 2013;
- Aumento de 47,76% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$3.394 milhões no exercício de 2014, comparados a R\$2.297 milhões no exercício de 2013, decorrente principalmente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas que foram despachadas, em sua totalidade em 2014 enquanto que, em 2013, aquelas de custos mais elevados, foram desligadas a partir do mês de julho.

- Redução de 18,31% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$830 milhões no exercício de 2014, comparados a R\$1.016 milhões no exercício de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 28,74% na quantidade de energia comprada sendo 6.254.980 MWh em 2014 comparados a 8.777.227 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real em 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas de 2014 foi de R\$2,35, em comparação a R\$2,16 de 2013, o que representou uma variação de 8,80%.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$573 milhões em 2014 comparados a R\$410 milhões em 2013, representando um aumento de 39,76%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$300 milhões em 2014 na comparação com R\$275 milhões em 2013, um aumento de 9,09%. Destaca-se o crescimento das provisões trabalhistas, R\$179 milhões em 2014 na comparação com R\$139 milhões em 2013 em função, principalmente, da provisão referente ao questionamento judicial pelas entidades sindicais do acordo coletivo de novembro de 2012, com decisão desfavorável à Companhia no TST. Maiores informações na nota explicativa nº 20.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido em 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$393 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$194 milhões em 2013.

Os principais efeitos no resultado financeiro em 2014 decorrem dos seguintes fatos:

- Redução de 20,97% nas receitas financeiras de 2014, em comparação a 2013, devido, principalmente, ao ganho em ação judicial relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, em que a Cemig obteve êxito em 2013, sendo registrado um efeito credor de R\$162 milhões.

- aumento de 19,89% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$422 milhões em 2014 comparados a R\$352 milhões em 2013. Este resultado decorre substancialmente do aumento da dívida em função da captação de R\$1.210 milhões, em abril de 2014, indexado ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 10,81% em 2014 em comparação a 8,05% em 2013.
- aumento de 43,22% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$169 milhões em 2014 comparados a R\$118 milhões em 2013. Este resultado decorre da maior variação do IPCA no período (6,41% em 2014 em comparação a 5,91% em 2013).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$169 milhões em relação ao lucro de R\$599 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 28,21%. Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$187 milhões em relação ao lucro de R\$678 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 27,58%. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$314 milhões, em comparação com R\$686 milhões em 31 de dezembro de 2013. As razões para esta redução estão apresentadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2014, nem o caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2014 e 2013 totalizou R\$358 milhões e R\$804 milhões, respectivamente. A redução do caixa gerado pelas atividades operacionais em 2014, em comparação a 2013, deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia comprada para revenda, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, e o conseqüente aumento do preço da energia no mercado atacadista. O impacto no caixa relacionado ao aumento dos custos com energia será minimizado a partir de 2015, devido ao Reajuste Tarifário Extraordinário, em 27 de fevereiro de 2015, e ao mecanismo de Bandeiras Tarifárias.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2014 e 2013 totalizou, respectivamente, R\$806 milhões e R\$740 milhões. O aumento nos valores consumidos nas atividades de investimento em 2014, em comparação ao exercício anterior, decorre, basicamente, do resgate da alocação de recursos em Fundos Vinculados e do menor volume de investimentos em ativos da concessão em 2014, R\$792 milhões na comparação com R\$884 milhões em 2013.

Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$75 milhões, decorrente da captação de R\$1.223 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$713 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$435 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento durante 2013 totalizou R\$432 milhões, decorrente da captação de R\$2.394 milhões de empréstimos e financiamentos, parcialmente, compensados pela amortização de R\$1.824 milhões de empréstimos e financiamentos e o pagamento de R\$138 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

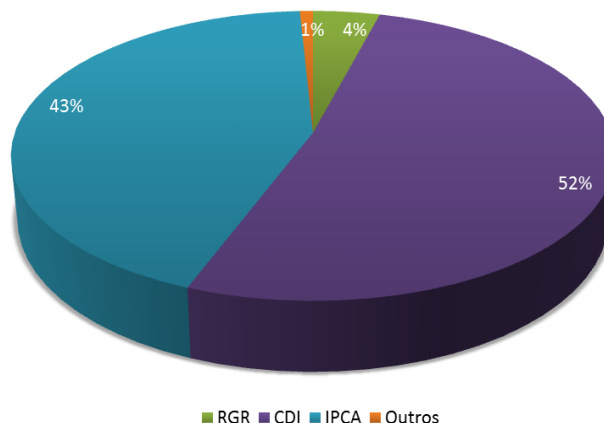
Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio.

Em 2014, foram captados R\$1.223 milhões para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2014

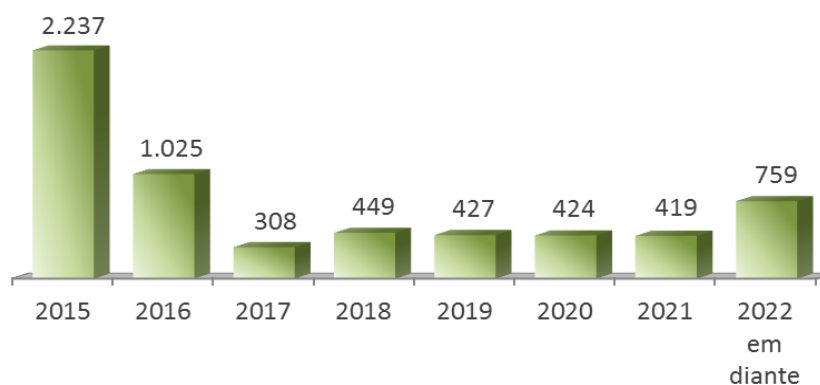


A composição da dívida da Cemig Distribuição é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,48%). O custo médio da dívida da Cemig é de 6,44% ao ano, a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto Social (Dívida Líquida/Ebitda ≤ 2 e Dívida Líquida/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) $\leq 40\%$), na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$6.048 milhões, tem um prazo médio de 4,3 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras.

Cronograma de Amortizações da Dívida Posicionamento em Dezembro/2014 (R\$ milhões)



INVESTIMENTOS

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) foram aprovados em agosto de 2013 totalizando um montante de R\$ 3,749 bilhões.

Em 2014 apurou-se uma realização orçamentária de R\$ 792 milhões, sendo R\$ 289 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$ 503 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão.

O número total de obras previstas para o ciclo 2013-2017 inclui 800 empreendimentos na AT e mais de 50 mil na MT/BT, viabilizados pelo trabalho de mais de 5 mil colaboradores.

Além desses expressivos números, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2014, foram investidos R\$ 779 milhões no Sistema Elétrico de Distribuição da Cemig D, incluindo o sistema de Alta, Média e Baixa tensão.

Em 2014 foram concluídas 11 importantes obras de aumento da capacidade de transformação em subestações nas diversas regiões do Estado.

Associados às obras de subestações, podemos citar também a construção de 42 km de Linha de Distribuição no ano de 2014.

Programa de Eletrificação Rural

O Programa de Universalização Rural em andamento prevê atendimento sem ônus para um ponto por propriedade, para carga instalada de até 50 kW.

Em 2014, a Cemig promoveu a ligação de cerca de 6 mil novas unidades consumidoras, considerando os atendimentos com necessidade de construção de rede nova e os atendimentos a pedidos onde a rede já estava disponível na porta. Além disso, foram atendidas cerca de 2 mil solicitações de aumento de carga, possibilitando a expansão das atividades rurais desenvolvidas nas propriedades. O montante investido em eletrificação rural ao longo do ano de 2014 ultrapassou a casa dos 100 milhões de reais.

Mercado Urbano

A Cemig D, desde 2006, ano em que teve sua área de concessão urbana considerada pela Agência Reguladora como universalizada, vem efetivando a todos os pedidos de atendimento. No ano de 2014 promoveu a ligação de mais 240 mil novas unidades consumidoras, considerando atendimentos com necessidade de construção de rede nova e o atendimento a pedidos onde a rede já está disponível à porta.

O montante investido em eletrificação urbana ao longo do ano de 2014 atingiu a marca dos 135 milhões de reais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2015 que, ao resultado do exercício, no montante de R\$430 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$21 milhões para a constituição de Reserva Legal;
- R\$132 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$277 milhões serão retidos no Patrimônio Líquido para utilização basicamente no Programa de Investimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2014, foram realizadas 37 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, quais sejam: (i) Comitê de Apoio ao Conselho de Administração; (ii) Comitê de Governança; (iii) Comitê de Recursos Humanos; (iv) Comitê de Estratégia; (v) Comitê Financeiro; e (vi) Comitê de Auditoria e Riscos. A finalidade destes comitês é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2014 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2014	% em relação à auditoria	2013	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	290	74,55	281	74,73
Avaliação de controles internos - SOX	85	21,85	82	21,81
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	14	3,60	13	3,46
	<u>389</u>	<u>100,00</u>	<u>376</u>	<u>100,00</u>
Serviços Adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	21	5,40	20	5,32
Total Geral	<u>410</u>	<u>105,40</u>	<u>396</u>	<u>105,32</u>

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 2, inciso III da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC da Companhia, que tem, ainda, como atribuições suportar a Administração na definição das diretrizes, políticas e procedimentos e mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

Para sanar ou prevenir as possíveis não conformidades ou irregularidades com as leis, regulação ou com as normas internas da companhia, a Companhia vem trabalhando no projeto “Desenvolvimento de metodologia e ferramenta inovadora de auditoria contínua inteligente” (P&D 506). O objetivo é desenvolver e implantar um sistema de auditoria contínua que permita às gerências executivas e à Auditoria da Companhia monitorar, contínua e preditivamente, com relativa facilidade, os processos-chaves da empresa. Em tempo hábil, o sistema poderá corrigir eventuais irregularidades, evitando trabalho, perdas financeiras, regulatórias e de imagem, resultantes dessas inconsistências.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

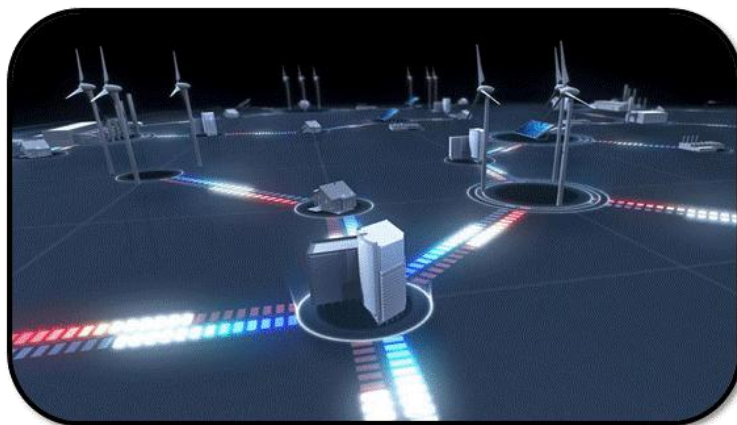
O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig D um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig D utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

Os recursos destinados aos projetos de P&D devem ser destinados ao desenvolvimento tecnológico, à geração de novos processos e produtos e ao aprimoramento de características de processos e produtos existentes e capacitação de pessoas, buscando melhora de qualidade, redução de custos ou oferta de novos serviços aos clientes, visando sempre atender as principais demandas tecnológicas da Companhia.

A Cemig D teve em 2014, 9 projetos contratados, com investimentos de R\$22,61 milhões.



A Cemig se prepara para um novo conceito de distribuição de energia e relacionamento com os clientes. Trata-se do projeto Cidades do Futuro, que já é uma realidade para cerca de 3 mil moradores de Sete Lagoas (MG), com objetivo de validar, em escala adequada e representativa para a Cemig, os produtos, os serviços e as soluções inovadoras inerentes à arquitetura das redes inteligentes de energia. Serão desenvolvidos equipamentos, aplicativos computacionais e metodologias, além da implantação de provas de conceito em campo. A Cemig pretende testar, medir e validar as tendências do mercado em suas instalações elétricas, de telecomunicações, sistemas computacionais e de relacionamento com consumidores e geradores distribuídos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social da Cemig que está presente em mais de 774 cidades e 22 Estados do Brasil, e leva energia de qualidade a milhões de brasileiros.

Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig. Em novos empreendimentos ou naqueles que a Cemig administra, o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2014 para a Cemig Distribuição são:

Tarifa Social: Cerca de 845 mil famílias já realizaram o cadastro para obter o benefício de desconto nas contas da Cemig. Para ser elegível, o cliente deve possuir renda per capita de até meio salário mínimo, estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e ter o Número de Identificação Social – NIS ou possuir Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2014/2015, envolveu a participação de 2.158 empregados voluntários da Cemig, destinando recursos para 102 municípios com o intuito de beneficiar 193 instituições. O montante destinado pelos empregados foi de R\$1,4 milhão; o valor investido pela Empresa foi de R\$2,5 milhões. No total, foram destinados R\$3,9 milhões para atendimento a aproximadamente 24.814 crianças e adolescentes.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2014 foi de R\$ 51,8 milhões, com uma redução de energia de 44.255 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 12.387kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços. Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos:

Projeto Conviver - Iniciado em 2006, tem por objetivo orientar clientes de baixa renda sobre as ações e medidas de eficiência energética. Foram investidos R\$ 15,5 milhões em 2014 e atendidas mais de 55 mil famílias. Foram substituídas 4.282 geladeiras e 232.445 lâmpadas fluorescentes compactas. As geladeiras antigas e lâmpadas, recolhidas pela Cemig, passam por processo de reciclagem. Este projeto viabiliza ganhos significativos com a redução da inadimplência e de perdas de energia nas comunidades atendidas.

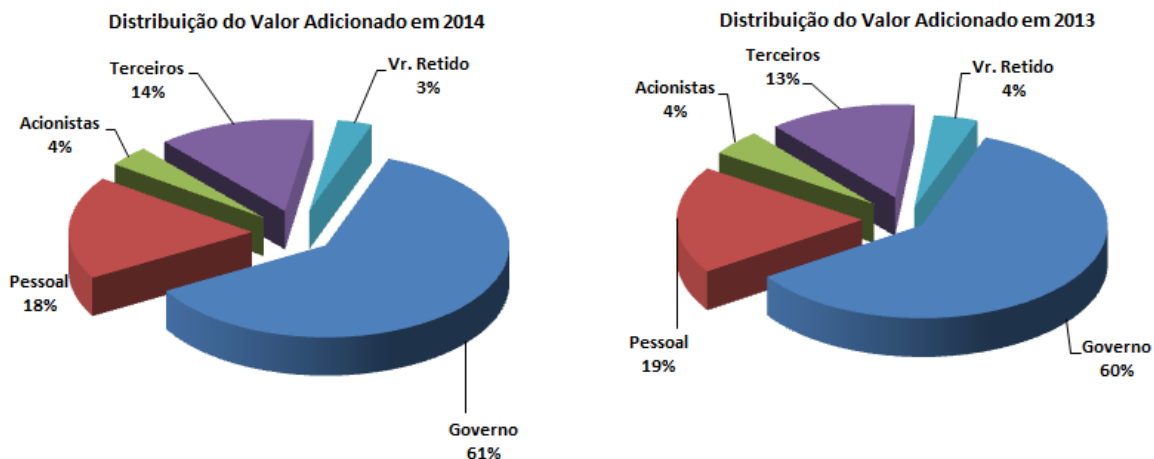
Projeto Conviver Rural – Projeto destinado às unidades consumidoras de Baixa Renda, foi desenvolvido para atender a 1.044 pequenos produtores irrigantes do Distrito de Irrigação do Jaíba, Região Norte do Estado. É um projeto de modernização dos sistemas de irrigação por métodos de gotejamento e microaspersão, como forma de economizar energia e água. A racionalização do uso de energia elétrica e água, por meio da substituição dos sistemas de irrigação obsoletos por outros mais eficientes, propicia uma economia de, aproximadamente, 57% de energia e 44,5% de água.

O projeto proporciona aumento da taxa de utilização dos lotes agrícolas, de produtividade e da renda do pequeno produtor. Além disso, promove o desenvolvimento econômico e social na região, proporcionando também melhoria da qualidade de vida.

Energia do Bem – este projeto implementa equipamentos mais econômicos nas entidades filantrópicas e sem fins lucrativos como hospitais, creches e entidades de Longa Permanência de Idosos. O objetivo é otimizar o uso e consumo de energia elétrica, prezando por um uso racional, além de conseguir preservar o meio ambiente.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$6.344 milhões de valor adicionado em 2014 em comparação a R\$5.843 milhões em 2013.

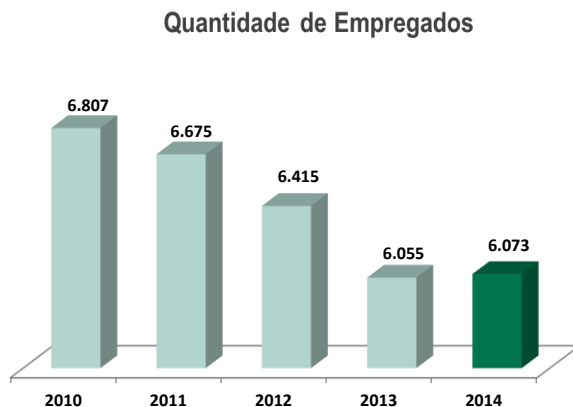


Recursos Humanos

A Cemig Distribuição considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos períodos de 2010 a 2013, com um pequeno aumento em 2014 em decorrência do concurso público realizado no exercício, conforme apresentado no gráfico abaixo:



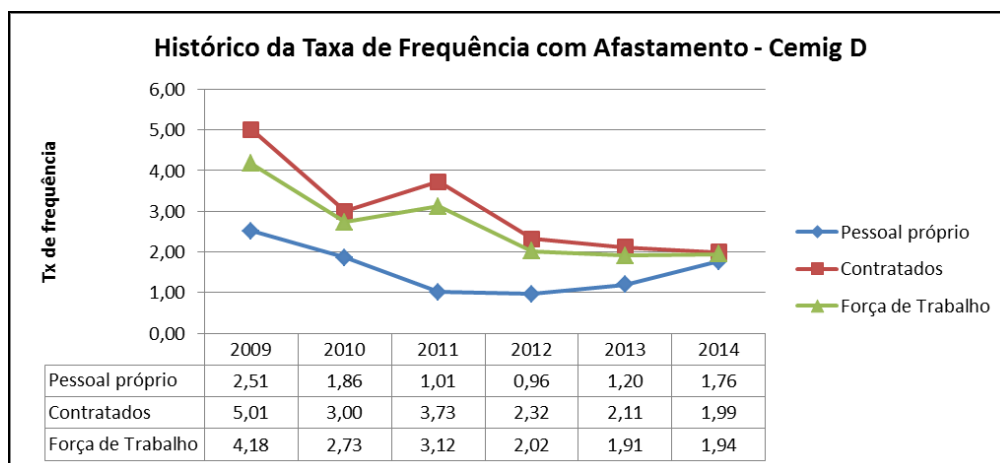
Provimento

Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

Como ação derivada dos estudos relativos ao planejamento e política de pessoal, alinhados à estratégia corporativa, visando o reequilíbrio técnico-quantitativo em virtude, principalmente, dos desligamentos decorrentes do Plano de Desligamento Incentivado ocorrido em 2013, a Empresa promoveu a admissão de 135 novos empregados.

Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar

Nos últimos 6 anos, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem refletindo o resultado positivo das ações preventivas de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar (SSO&BE). O indicador mostra tendência de redução contínua, com aderência à meta de Acidente Zero definida pela alta direção.



UniverCemig

A universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) foi criada em dezembro de 2008, com o objetivo de prover ações educacionais de desenvolvimento de toda a cadeia de valor da Companhia, atentando às necessidades de treinamento, desenvolvimento e gestão do conhecimento corporativo.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2014, 24.700 participações e 384.917 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e 2.438 participações e 61.982 homens-hora de treinamento para empregados de outras empresas. O valor investido total em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R\$ 38 milhões.

Iniciativas Culturais e Esportivas

Em 2014, os patrocínios em cultura alcançaram o total de 164 projetos, com investimentos da ordem de R\$ 7,4 milhões em recursos próprios e R\$ 24,5 milhões em repasse via leis de incentivo, sendo os principais programas o Cemig Cultural, com investimento de base para o mercado cultural, e o Filme de Minas, que tem o propósito de estimular a produção audiovisual no Estado de Minas Gerais.

A Cemig investe também em projetos voltados para o Esporte por meio de recursos próprios e do incentivo da Lei do Esporte. A Lei de Incentivo ao Esporte – Lei 11.438/2006 permite que empresas invistam até 1% do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte, sendo investido em 2014 o valor de de R\$6,27 milhões.

Meio Ambiente

Em 2014, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$15,3 milhões. Destes, R\$12,9 milhões foram investidos em gestão ambiental e gerenciamento de resíduos e R\$2,4 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Reconhecimento em sustentabilidade corporativa

A Cemig se manteve como a única empresa do setor elétrico genuinamente da América Latina a fazer parte do DJSI World - Índice Dow Jones de Sustentabilidade - desde sua criação ao ser selecionada pelo 15º ano consecutivo para compor a seleta lista de empresas deste índice referência mundial.

A Cemig foi selecionada, pelo 10º ano consecutivo para integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade da Bovespa - ISE / BM&FBovespa, evidenciando ao mercado financeiro seu atendimento ao compromisso de implantar as melhores práticas em termos de sustentabilidade. A Cemig está no ISE desde sua criação, em 2005. Esse índice reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

A Cemig foi selecionada pela BM&F Bovespa pela quinta vez consecutiva para compor o Índice Carbono Eficiente - ICO2.

Em 2014, a Cemig foi reconhecida pelo CDP, como a empresa líder no Brasil com excelência na transparência de informações e na estratégia empresarial em relação às mudanças climáticas. Este é o terceiro ano consecutivo em que a Empresa é reconhecida pela organização e o primeiro em que ela obtém a melhor pontuação nesse quesito.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Nos empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 estão em processo de licenciamento corretivo.

A CEMIG D formatou o Processo de Licenciamento Ambiental Corretivo agrupando suas instalações em 07 (sete) Malhas Regionais. Essa medida resultou em ganhos financeiros e agilizou o processo de licenciamento dos empreendimentos da Empresa, aliviando a demanda dos órgãos ambientais, sem deixar de atender às exigências legais ambientais.

Gestão de Resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig - SGA Nível 1.

Em 2014 foram destinadas 52,2 mil toneladas de resíduos, sendo que 52 mil toneladas foram alienadas ou recicladas e 159 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou regeneradas.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1) Base de Cálculo	2014			2013		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	11.241.118			9.205.932		
Resultado Operacional (RO)	992.164			871.410		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	768.126			722.415		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	61.065	7,95	0,54	57.968	8,02	0,63
Encargos sociais compulsórios	204.251	26,59	1,82	193.497	26,78	2,10
Previdência privada	54.826	7,14	0,49	52.476	7,26	0,57
Saúde	34.483	4,49	0,31	34.190	4,73	0,37
Segurança e medicina no trabalho	15.829	2,06	0,14	13.977	1,93	0,15
Educação	323	0,04	-	287	0,04	-
Cultura CE	-	-	-	78	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	22.132	2,88	0,20	16.053	2,22	0,17
Creches ou auxílio-creche	1.612	0,21	0,01	1.523	0,21	0,02
Participação nos lucros ou resultados	183.803	23,93	1,64	153.801	21,29	1,67
Outros	12.083	1,57	0,11	13.193	1,83	0,14
Total - Indicadores Sociais Internos	590.407	76,86	5,26	537.043	74,32	5,82
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Educação	287	0,03	-	1.200	0,14	0,01
Cultura	8.132	0,82	0,07	8.763	1,01	0,10
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	59.227	5,97	0,53	45.680	5,24	0,50
Total das Contribuições para a Sociedade	67.646	6,82	0,60	55.643	6,39	0,61
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.882.486	391,31	34,54	3.529.971	405,09	38,34
Total - Indicadores Sociais Externos	3.950.132	398,13	35,14	3.585.614	411,48	38,95
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL	Valor (Mil R\$)	% Sobre RO	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	15.296	1,54	0,14	19.500	2,24	0,21
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	15.296	1,54	0,14	19.500	2,24	0,21
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			6.073			6.055
Nº de admissões durante o período			135			555
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			286
Nº de estagiários (as)			162			234
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária			2.116			2.025
- 2º Grau			3.649			3.688
- 1º Grau			274			307
- Até 1º Grau incompleto			34			35
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			2.756			2.531
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			816			752
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			8,57			11,83
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			1.999			1.993
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			16,19			15,05
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			195			65
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia			21,82			NÃO HÁ META
Número total de acidentes de trabalho			59			NÃO HÁ META
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND	na Companhia ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na Companhia ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)		Em 2014:			Em 2013:	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	61,20% governo 3,69% acionistas	18,14% colaboradores (as) 13,89 % terceiros 3,08% retido		60,10% governo 4,51% acionistas	18,65% colaboradores (as) 12,42 % terceiros 3,88% retido	
7) Outras Informações						

I. Em 2014 foram destinados 52,2 mil toneladas de resíduos, sendo que 52 mil toneladas foram alienados ou reciclados, 159 toneladas foram coprocessados, incinerados ou regenerados. Ressalta-se que os resíduos destinados em 2014 não foram necessariamente gerados em 2014. Isto se deve ao armazenamento temporário onde os resíduos são caracterizados, segregados, acondicionados e identificados, e posteriormente recebem a destinação adequada.

II. Foram encaminhadas para descontaminação e reciclagem 39 toneladas de lâmpadas fluorescentes queimadas e 33 toneladas de lâmpadas quebradas, provenientes de toda a área de concessão da Empresa. Além disso, foram coprocessadas 47 toneladas de resíduos impregnados com óleo.

III. Em 2014, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$15,3 milhões. Destes, R\$2,4 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente e R\$12,9 milhões em gestão ambiental.

IV. A Cemig D possui 71,4 % dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 28,6% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais, totalizando 100% de regularidade com os órgãos fiscalizadores.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

Descrições	2014	2013
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	8.007	7.781
Número de empregados	6.073	6.055
Número de consumidores por empregado	1.318	1.285
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.553	1.516
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	517,60	476,87
Comercial	448,33	400,84
Industrial	364,90	323,92
Rural	267,97	244,62
DEC (horas)	10,81	12,49
FEC (número de interrupções)	5,61	6,26
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	54	72
Operacionais		
Número de Subestações	389	389
Linhas de Distribuição (Km)	16.160	17.218
Redes de Distribuição (Km)		
Urbana	99.818	97.488
Rural	392.030	387.870
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$milhões	11.241	9.206
Margem operacional - %	8,83	9,47
LAJIDA ou EBITDA - R\$milhões	1.420	1.287
Resultado do Exercício - R\$milhões	430	490
Resultado do Exercício por lote de 1000 ações R\$	190	216,73
Patrimônio líquido - R\$milhões	2.482	2.493
Valor patrimonial por lote de mil ações	1.097	1.102
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	17,24	22,35
Endividamento do patrimônio líquido - %	456,58	401,35
Liquidez Corrente	0,84	0,95
Liquidez Geral	1,09	1,06

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2015, foram deliberadas as seguintes alterações na composição do Conselho de Administração da Cemig, que passa a ser constituído da seguinte forma:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Ana Sílvia Corso Matte
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Guy Maria Villela Paschoal	Flávia Miarelli Piedade
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Otávio Marques de Azevedo	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Lauro Sander	Salvador José Cardoso de Siqueira
Bruno Gonçalves Siqueira	Rafael Pinto Queiroz Neto

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Mauro Borges Lemos	Diretor Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Márcio Lúcio Serrano	Diretor de Gestão Empresarial
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira	Diretor de Finanças e Relações com Investidores.
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 – 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	313.799	685.969
Títulos e Valores Mobiliários	6	100.819	79.642
Consumidores e Revendedores	7	1.371.126	1.216.412
Concessionários – Transporte de Energia	7	219.770	221.977
Tributos Compensáveis	8	120.843	287.284
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	185.159	156.443
Estoques		28.950	32.140
Contribuição de Iluminação Pública		88.065	70.475
Reembolso Subsídios Tarifários	11	344.896	136.026
Subvenção Baixa Renda		35.197	26.886
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	12	-	38.587
Ativos Financeiros da Concessão	13	843.793	-
Outros		235.247	196.733
TOTAL DO CIRCULANTE		3.887.664	3.148.574
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.726	8.008
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	860.964	897.686
Tributos Compensáveis	8	302.522	334.849
Depósitos Vinculados a Litígios	10	865.556	853.961
Consumidores e Revendedores	7	202.733	180.307
Concessionários - Transporte de Energia	7	6.172	8.288
Outros Créditos		46.708	81.563
Ativos Financeiros da Concessão	13	6.206.564	5.063.802
Intangíveis	14	1.484.231	1.920.898
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.977.176	9.349.362
ATIVO TOTAL		13.864.840	12.497.936

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	17	1.912.693	585.601
Debêntures	17	324.124	545.767
Fornecedores	15	1.119.485	853.825
Impostos, Taxas e Contribuições	16	378.220	331.217
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		214.955	245.127
Salários e Encargos Sociais		132.827	129.469
Encargos Regulatórios	18	57.257	125.534
Participações nos Lucros		76.060	81.776
Obrigações Pós-Emprego	19	109.879	99.022
Contribuição de Iluminação Pública		168.191	127.576
Outras		152.688	175.091
TOTAL DO CIRCULANTE		4.646.379	3.300.005
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	17	1.061.702	1.335.223
Debêntures	17	2.749.731	2.781.328
Provisões	20	303.122	181.705
Obrigações Pós-Emprego	19	1.797.092	1.669.146
Impostos, Taxas e Contribuições	16	615.485	598.215
Encargos Regulatórios	18	190.668	109.944
Outras		18.434	29.512
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.736.234	6.705.073
TOTAL DO PASSIVO		11.382.613	10.005.078
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	21	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		453.017	427.805
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(232.788)	(196.945)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.482.227	2.492.858
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.864.840	12.497.936

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2014	2013
RECEITA	22	11.241.118	9.205.932
CUSTOS OPERACIONAIS	23		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.747.681)	(4.089.448)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(573.270)	(410.290)
		(6.320.951)	(4.499.738)
CUSTOS			
Pessoal e Administradores		(715.512)	(694.365)
Materiais		(42.824)	(43.517)
Serviços de Terceiros		(577.688)	(550.305)
Amortização		(409.278)	(378.428)
Provisões Operacionais		(178.509)	(157.011)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(861.437)	(883.801)
Outras		(139.167)	(109.221)
		(2.924.415)	(2.816.648)
CUSTO TOTAL		(9.245.366)	(7.316.386)
LUCRO BRUTO		1.995.752	1.889.546
DESPESA OPERACIONAL	23		
Despesas com Vendas		(121.964)	(117.932)
Despesas Gerais e Administrativas		(448.923)	(517.983)
Outras Despesas Operacionais		(432.701)	(382.221)
		(1.003.588)	(1.018.136)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		992.164	871.410
Receitas Financeiras	24	358.414	453.099
Despesas Financeiras	24	(751.218)	(646.877)
Resultado Antes dos Impostos		599.360	677.632
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9	(114.264)	(198.315)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9	(55.187)	10.937
RESULTADO DO PERÍODO		429.909	490.254
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,1901	0,2167

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
RESULTADO DO PERÍODO	429.909	490.254
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	(35.843)	72.425
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	394.066	562.679

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e Juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012					
REAPRESENTADOS	2.261.998	201.151	(269.370)	-	2.193.779
Resultado do Exercício	-	-	-	490.254	490.254
Ganhos e perdas atuariais	-	-	72.425	-	72.425
Resultado abrangente do exercício	-	-	72.425	490.254	562.679
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0544 por ação)	-	-	-	(123.157)	(123.157)
Dividendos Estatutários (R\$0,0621 por ação)	-	-	-	(140.443)	(140.443)
Constituição de Reserva Legal	-	24.513	-	(24.513)	-
Retenção de Lucros	-	202.141	-	(202.141)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858
Resultado do Exercício	-	-	-	429.909	429.909
Ganhos e perdas atuariais	-	-	(35.843)	-	(35.843)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(35.843)	429.909	394.066
Juros sobre o capital próprio (R\$0,0582 por ação)	-	-	-	(131.610)	(131.610)
Dividendos Estatutários (R\$0,0820 por ação)	-	-	-	(103.087)	(103.087)
Dividendos extraordinários (R\$0,0752 por ação)	-	(170.000)	-	-	(170.000)
Constituição de Reserva Legal	-	21.495	-	(21.495)	-
Retenção de Lucros	-	172.781	-	(172.781)	-
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	-	936	-	(936)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2.261.998	453.017	(232.788)	-	2.482.227

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	429.909	490.254
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	224.413	186.775
Amortização	427.643	416.096
Provisões para Perdas Operacionais	300.473	274.942
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	48.765	24.432
Juros e Variações Monetárias	527.602	525.905
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e Outros		
Componentes Financeiros	(1.106.675)	-
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(1.006)
Imposto de Renda e Contribuição Social	169.451	187.378
	<u>1.021.581</u>	<u>2.104.776</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(299.104)	63.183
Concessionários – Transporte de Energia	4.323	79.893
Reembolso Subsídios Tarifários	(208.870)	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	38.587	(38.587)
Tributos Compensáveis	198.768	(151.787)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.716)	(35.270)
Depósitos Vinculados a Litígios	(11.595)	(1.648)
Subvenção Baixa Renda	(8.311)	19.993
Outros	(19.036)	18.744
	<u>(333.954)</u>	<u>(45.479)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	265.660	(262.775)
Tributos e Contribuição Social	64.273	(14.573)
IR e CSLL a pagar	106.617	-
Salários e Encargos Sociais	3.358	(31.239)
Encargos Regulatórios	12.447	(124.591)
Obrigações Pós-Emprego	(139.918)	(129.946)
Outros	(55.674)	(15.179)
	<u>256.763</u>	<u>(578.303)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	944.390	1.480.994
Juros Pagos	(365.592)	(463.100)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(220.881)	(214.241)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>357.917</u>	<u>803.653</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(14.895)	13.211
Em Fundos Vinculados	977	130.484
Em Intangível	(791.609)	(883.801)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(805.527)</u>	<u>(740.106)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.223.490	2.394.213
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(713.181)	(1.823.604)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	(434.869)	(138.420)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>75.440</u>	<u>432.189</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(372.170)	495.736
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	685.969	190.233
No fim do exercício	313.799	685.969
	<u>(372.170)</u>	<u>495.736</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014		2013	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	14.482.568		11.857.464	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	861.437		883.801	
Outras Receitas	16.918		30.147	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(121.964)		(117.931)	
	<u>15.238.959</u>		<u>12.653.481</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.321.351)		(4.479.458)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(631.702)		(457.285)	
Serviços de Terceiros	(1.084.679)		(1.137.758)	
Materiais	(454.407)		(479.572)	
Outros Custos Operacionais	(333.487)		(293.242)	
	<u>(8.825.626)</u>		<u>(6.847.315)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>6.413.333</u>		<u>5.806.166</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(427.643)		(416.096)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>5.985.690</u>		<u>5.390.070</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	358.414		453.099	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>6.344.104</u>		<u>5.843.169</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	1.150.786	18,14	1.089.744	18,65
Remuneração Direta	775.263	12,22	695.831	11,91
Benefícios	330.453	5,21	291.103	4,98
FGTS	44.903	0,71	43.376	0,74
Programas de Desligamento de Empregados	167	0,00	59.434	1,02
Impostos, Taxas e Contribuições	3.882.486	61,20	3.511.891	60,11
Federais	1.312.597	20,69	1.237.317	21,18
Estaduais	2.566.625	40,46	2.272.423	38,89
Municipais	3.264	0,05	2.151	0,04
Remuneração de Capitais de Terceiros	880.923	13,89	751.280	12,85
Juros	801.076	12,63	683.856	11,70
Aluguéis	79.847	1,26	67.424	1,15
Remuneração de Capital Próprio	429.909	6,77	490.254	8,39
Juros sobre capital próprio	131.610	2,07	123.157	2,11
Dividendos	103.087	1,62	140.443	2,40
Lucros Retidos	195.212	3,08	226.654	3,88
	<u>6.344.104</u>	<u>100,00</u>	<u>5.843.169</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.006.920 consumidores em 31 de dezembro de 2014 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 20 anos até 18 de fevereiro de 2016, e enquadra-se nos termos da Medida Provisória nº 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783 em janeiro de 2013). Em 15 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do respectivo contrato de concessão. Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$758.715. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da maior saída de caixa prevista no curto prazo para o pagamento de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado previstas para 2015 para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em 25 de março de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou estas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 14 – Intangíveis;
- Nota 19 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 20 – Provisões;
- Nota 22 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Nota 23 – Amortização;
- Nota 27 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de “direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” e “realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente”.

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade. Esta orientação é aplicável exclusivamente pelas concessionárias e permissionárias públicas de distribuição de energia elétrica e tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.

A Companhia analisou os possíveis impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras e entende que terá impacto relevante apenas em relação à Orientação Técnica OCPC 08 e Deliberação CVM 732, em decorrência do reconhecimento dos ativos e passivos financeiros. O reconhecimento destes efeitos se dará de forma prospectiva por não se tratar de uma mudança de política contábil e sim de uma nova situação, no momento da assinatura do aditivo ao contrato de concessão, ocorrido em 10 de dezembro de 2014, onde as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo deixam de existir. Com a adoção dessa Orientação, a Companhia registrou uma receita de R\$1.106.675 devido ao reconhecimento de ativos financeiros relacionados à concessão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. Não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensurados ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo e estão descritos na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de distribuição que foram abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Moeda Estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

f) Ativos Vinculados à Concessão

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados anteriormente no item “ativos vinculados à concessão”.

h) Redução ao Valor Recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. O ativo Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

i) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde efetivamente aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem. Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

l) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados. A receita de uso da rede de distribuição não faturada, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior e contabilizada no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

m) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

o) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. DAS CONCESSÕES

A Companhia detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais	Data da Concessão	Data de Vencimento
Norte	04/1997	02/2016
Sul	04/1997	02/2016
Leste	04/1997	02/2016
Oeste	04/1997	02/2016

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares já mencionados anteriormente, a ANEEL revê os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar) aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Renovação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição (VNR).

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de distribuição de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Em 17 de janeiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) enviou para a Companhia o Ofício Circular 01/2014-DR/ANEEL informando que está analisando o requerimento de prorrogação da concessão, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas Demonstrações Contábeis, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração.

A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Contas Bancárias	72.069	56.289
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	236.532	609.436
Overnight	5.198	-
Outras	-	20.244
	241.730	629.680
	313.799	685.969

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2014	2013
Certificados de depósitos bancários	27.885	13.579
Letras Financeiras – Bancos	55.240	52.733
Letras Financeiras do Tesouro	8.268	3.358
Debêntures	9.707	15.142
Outros	1.445	2.838
	102.545	87.650
Ativo Circulante	100.819	79.642
Ativo Não Circulante	1.726	8.008

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105% conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 26.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2014	2013
Residencial	523.870	230.384	181.557	935.811	822.346
Industrial	254.728	35.695	113.902	404.325	381.979
Comércio, Serviços e Outras	308.390	64.366	107.060	479.816	407.101
Rural	89.367	28.467	26.305	144.139	120.451
Poder Público	71.811	20.762	7.446	100.019	90.338
Iluminação Pública	28.374	2.425	9.440	40.239	43.666
Serviço Público	41.541	8.509	19.841	69.891	68.780
Subtotal – Consumidores	1.318.081	390.608	465.551	2.174.240	1.934.661
Suprimento a Outras Concessionárias	17	-	-	17	18
Concessionários – Transporte de Energia	69.778	3.347	152.816	225.941	230.265
Suprimento – Energia de Curto Prazo			861	861	979
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(601.258)	(601.258)	(538.939)
	1.387.876	393.955	17.970	1.799.801	1.626.984
Ativo Circulante				1.590.896	1.438.389
Ativo Não Circulante				208.905	188.595

57

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2014	2013
Residencial	175.882	148.819
Industrial	291.768	265.363
Comércio, Serviços e Outras	93.505	77.937
Rural	16.261	16.488
Poder Público	9.924	10.070
Iluminação Pública	4.216	10.139
Serviço Público	9.702	10.123
	601.258	538.939

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	01/01/2013	Constituições	Baixas	2013	Constituições	Baixas	2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	471.710	117.931	(50.702)	538.939	121.964	(59.645)	601.258

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	2014	2013
Circulante		
ICMS a Recuperar	88.447	82.076
COFINS	24.620	175.778
PIS-PASEP	5.346	27.300
Outros	2.430	2.130
	120.843	287.284
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	209.303	214.084
COFINS	76.646	99.266
PIS-PASEP	16.573	21.499
	302.522	334.849
	423.365	622.133

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até dezembro de 2015.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ e a pagamentos indevidos e/ou a maior dos anos anteriores e das antecipações em 2014 superiores aos valores devidos deste ano-calendário que serão compensados com Tributos Federais a pagar apurados em anos posteriores.

	2014	2013
Circulante		
Imposto de Renda	115.153	111.920
Contribuição Social	70.006	44.523
	185.159	156.443

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	2014	2013
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	451.842	402.616
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	-	105.561
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	212.288	191.100
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155
Provisões	103.062	61.780
Taxa de Administração (1)	7.501	8.586
Outros	25.849	20.664
	953.697	943.462
Passivos Fiscais Diferidos		
Índice Reajuste Tarifário – IRT	(9.552)	-
Atualização do Ativo Financeiro	(21.440)	(1.658)
Encargos Capitalizados (1)	(59.892)	(40.906)
Custo de Captação (1)	(1.849)	(3.212)
	(92.733)	(45.776)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	860.964	897.686

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(55.187)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	18.465
Saldo em 31 de dezembro de 2014	860.964

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 25 de março de 2015, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 25 de março de 2015.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

	2014
2015	135.703
2016	263.009
2017	109.854
2018	109.854
2019	109.357
2020 a 2022	135.552
2023 a 2024	90.368
	953.697

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2014	2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	599.360	677.632
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(203.782)	(230.395)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre capital próprio	44.747	41.873
Incentivos Fiscais	7.724	11.220
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.569)	(3.221)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(877)	2.388
Multas Indedutíveis	(5.507)	(7.334)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(11.929)	(9.813)
Outros	3.742	7.904
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(169.451)	(187.378)
Alíquota Efetiva	28,27%	27,65%
Corrente	(114.264)	(198.315)
Diferido	(55.187)	10.937

Lei 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$936.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2014	2013
Trabalhista	214.445	209.667
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	5.637	5.204
	623.959	623.526
Outros		
Regulatório	15.267	8.781
Cível	2.284	2.366
Relações de Consumo	2.130	2.525
Bloqueio Judicial	5.667	5.805
Outros	1.804	1.291
	27.152	20.768
	865.556	853.961

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

11. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2014, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$579.463. Do valor provisionado, a Companhia tem a receber R\$344.896, reconhecidos no ativo circulante.

12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – (CDE).

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL) homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela Conta-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados, em 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, no montante de R\$2.301.670, que foram recebidos integralmente no período de janeiro a dezembro de 2014.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	2014	2013
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)	5.943.682	5.063.802
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.106.675	-
Ativo Circulante	843.793	-
Ativo Não Circulante	6.206.564	5.063.802

a) Ativos relacionados à Infraestrutura

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f), a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

O Processo de Revisão Tarifária da Cemig D ocorre a cada 5 anos, através de um processo de avaliação econômica, no qual são definidas as tarifas das concessões de distribuição da companhia no Estado de Minas Gerais. Dentro do processo de revisão tarifária é definida a Base Regulatória de Remuneração (“BRR”) relacionada aos ativos vinculados às concessões.

Em 11 de março de 2013, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL, através do Despacho nº 689, divulgou a BRR preliminar da Cemig D, no montante de R\$5.111.837. Logo após a divulgação da BRR preliminar, a Administração iniciou discussões com a ANEEL com o intuito de demonstrar tecnicamente a esta Agência a necessidade de que referido montante fosse revisado.

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Cemig D, no montante de R\$5.511.768.

A Companhia interpôs novo recurso à ANEEL questionando certos critérios e valores da BRR que foram definidos em 5 de abril de 2013, uma vez que os montantes considerados na BRR revisada divulgada, relacionados principalmente aos gastos efetuados pela companhia com o Programa Luz para Todos (“Programa Luz para Todos” ou “PLPT”) ainda eram substancialmente inferiores aos efetivamente incorridos na execução deste programa.

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Companhia contra o Despacho nº 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória – (BRR) da Concessionária, cujo valor passou a ser de R\$5.849.143, representando um acréscimo de R\$337.375.

Os efeitos da homologação da base final, que representaram uma redução no ativo financeiro da companhia no montante de R\$110.398, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2014.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, registrados no Ativo não Circulante:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.757.735
Adição	318.940
Baixas	(17.748)
Amortização Financeira Líquida	4.875
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.063.802
Adição	844.185
Baixas	(22.489)
Amortização Financeira Líquida	58.184
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.943.682

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

A ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras para garantir que, no caso de extinção do contrato de concessão, qualquer que sejam os motivos, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Segundo a Orientação Técnica OCPC 08, a partir de tal aditamento, as concessionárias que aderirem a essa alteração possuirão direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente definida, não havendo mais incertezas significativas que sejam impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Assim, a partir da assinatura do aditamento em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros, acumulados até esta data. O reconhecimento inicial foi realizado em contas de ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício corrente (receita de venda de bens e serviços).

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, portanto, sua aplicação deve ser prospectiva. Assim, os saldos acumulados existentes no momento do reconhecimento inicial apresentam valores oriundos de diferenças tarifárias provenientes de transações ocorridas no presente exercício e em exercícios anteriores.

A Companhia possui ativos e passivos financeiros, reconhecidos a partir de dezembro de 2014, em decorrência do aditamento contratual, conforme abaixo:

Saldos em 31/12/2014	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL no próximo reajuste tarifário	Total
Ativo			
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	12.920	12.920
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da Rede Básica	16.203	78.480	94.683
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	165	2.116	2.281
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.361	-	2.361
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	3.333	-	3.333
Energia comprada para Revenda	446.542	1.617.113	2.063.655
Sobrecontratação de Energia	6.312	205.159	211.471
Outros	35.365	7	35.372
Total do Ativo	510.281	1.915.795	2.426.076
Passivo			
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	(22.698)	(287.463)	(310.161)
Energia comprada para Revenda	(345.164)	(649.297)	(994.461)
Neutralidade da Parcela A	(6.160)	(4.823)	(10.983)
Outros	(2.363)	(1.433)	(3.796)
Total do Passivo	(376.385)	(943.016)	(1.319.401)
Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	133.896	972.779	1.106.675
Ativo Circulante líquido	133.124	710.669	843.793
Ativo Não Circulante líquido	772	262.110	262.882

As principais características destes ativos e passivos são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

14. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	2014			2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.619.400	(6.117.612)	501.788	6.608.618	(5.754.072)	854.546
Intangível em Curso	982.443	-	982.443	1.066.352	-	1.066.352
Total Intangível	7.601.843	(6.117.612)	1.484.231	7.674.970	(5.754.072)	1.920.898

b) Mutação do Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Saldo em 01 de janeiro de 2013	1.778.817
Adições	883.801
Transferências	(318.940)
Baixas	(5.846)
Amortização	(416.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.920.898
Adições	861.437
Transferências	(844.185)
Baixas	(25.849)
Amortização	(428.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.484.231

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da Concessão de Distribuição

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 3,87%. As principais taxas anuais de amortização, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura do Sistema	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador	3,57	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tensão	4,35		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

15. FORNECEDORES

	2014	2013
Energia de curto prazo - CCEE	277.805	73.724
Encargos de uso da rede elétrica	64.191	45.984
Energia elétrica comprada para revenda	448.294	348.782
Itaipu binacional	148.864	179.924
Materiais e serviços	180.331	205.411
	1.119.485	853.825

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2014	2013
Circulante		
ICMS	282.031	255.844
COFINS	36.955	35.018
PIS-PASEP	8.023	7.603
INSS	13.943	15.286
ISSQN	6.825	6.277
Outros	30.443	11.189
	378.220	331.217
Não Circulante		
COFINS	505.696	491.506
PIS-PASEP	109.789	106.709
	615.485	598.215
	993.705	929.432

As obrigações de PASEP/COFINS registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até os fatos geradores ocorridos em julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	1.041	23.513	24.554	32.345
KFW	2016	4,5	EUR	2.128	2.129	4.257	6.384
Dívida em Moeda Estrangeira				3.169	25.642	28.811	38.729
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	-	-	-	101.744
Banco do Brasil S.A.	2015	108,5% do CDI*	R\$	205.633	-	205.633	384.045
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	237.666	-	237.666	212.469
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$	-	706.062	706.062	634.428
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	80.184	132.048	212.232	208.611
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105,00 do CDI	R\$	1.311.205	-	1.311.205	-
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	67.259	184.929	252.188	334.090
Grandes Consumidores (2)	2018	Diversas	R\$	5.315	1.779	7.094	6.708
BNDES	2020	TJLP+2,48	R\$	2.262	11.242	13.504	-
Dívida em Moeda Nacional				1.909.524	1.036.060	2.945.584	1.882.095
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.912.693	1.061.702	2.974.395	1.920.824
Debêntures							
Debêntures 1ª série 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	41.440	410.464	451.904	442.272
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,7	R\$	49.797	1.216.371	1.266.168	1.188.288
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,1	R\$	32.275	725.663	757.938	711.380
Debêntures 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	200.612	397.233	597.845	560.983
Debêntures 1ª Emissão (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	-	-	-	424.172
Total de Debêntures				324.124	2.749.731	3.073.855	3.327.095
Total Geral				2.236.817	3.811.433	6.048.250	5.247.919

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; *libor* semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM: IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6%; Vallourec : TR+9%

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.041	-	-	-	-	-	-	23.513	24.554
Euro	2.128	2.129	-	-	-	-	-	-	4.257
Total por Moedas	3.169	2.129	-	-	-	-	-	23.513	28.811
Indexadores									
IPCA (1)	283.120	198.221	198.222	(394)	401.494	401.493	413.473	726.321	2.621.950
UFIR/RGR (2)	67.654	49.627	40.201	35.362	23.562	20.465	5.686	9.631	252.188
CDI (3)	1.875.918	771.800	66.189	410.796	-	-	-	-	3.124.703
TR (4)	1.636	-	386	97	-	-	-	-	2.119
IGP-DI (5)	3.058	716	717	484	-	-	-	-	4.975
TJLP	2.262	2.248	2.249	2.248	2.249	2.248	-	-	13.504
Total por Indexadores	2.233.648	1.022.612	307.964	448.593	427.305	424.206	419.159	735.952	6.019.439
Total Geral	2.236.817	1.024.741	307.964	448.593	427.305	424.206	419.159	759.465	6.048.250

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Taxa Referencial (TR);
 (5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada em 2014 %	Variação Acumulada em 2013 %	Indexador	Variação Acumulada em 2014 %	Variação Acumulada em 2013 %
Dólar Norte-Americano	13,39	14,64	IPCA	6,41	5,91
Euro	0,02	19,70	CDI	10,81	8,05

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.609.630
Financiamentos Obtidos	2.402.780
Custos de Captação	(8.567)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.394.213
Variação Monetária e Cambial	130.159
Encargos Financeiros Provisionados	400.621
Encargos Financeiros Pagos	(463.100)
Amortização de Financiamentos	(1.823.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919
Empréstimos Obtidos	1.223.490
Variação Monetária e Cambial	163.606
Encargos Financeiros Provisionados	492.008
Encargos Financeiros Pagos	(365.592)
Amortização de Financiamentos	(713.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.048.250

Foram transferidos R\$522.346 para o curto prazo em 2014 em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2014	2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	492.008	392.058
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível*	(69.828)	(40.136)
Efeito Líquido no Resultado	422.180	351.922

*Taxa média de capitalização no período: 11,62% ao ano.

Captações de Recursos

As captações de recursos durante o exercício de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Nota Promissória – 7ª Emissão	2015	105,00 do CDI	1.210.000
BNDES	2020	TJLP+2,48	13.490
Total de Captações			1.223.490

Em abril de 2014, a Companhia concluiu a 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 na data de emissão, qual seja, 8 de abril de 2014, totalizando R\$1.210.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento de dívidas e à realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 03 de abril de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 105% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 04 de abril de 2014, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$200 milhões, contratadas com o Banco do Brasil. A data de vencimento era 04 de abril de 2014, a qual foi prorrogada para 04 de abril de 2015. O empréstimo auferiu juros de 108,5% do CDI ao ano.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	4.290.513
Recebíveis	1.152.798
Sem Garantia	604.939
TOTAL	6.048.250

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2014, possuem as seguintes características:

	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Saldo em 2014	Saldo em 2013
1ª Série - 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	451.904	442.272
2ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,7	1.266.168	1.188.288
3ª Série - 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,1	757.938	711.380
2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	597.845	560.983
1ª Emissão	Quirografia	IGP-M + 10,5	-	424.172
TOTAL			3.073.855	3.327.095

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“*Covenants*”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Cláusulas Contratuais Restritivas – “*Covenants*”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“*Covenant*”) atrelada a índices financeiros apurados anualmente, com base no balanço de dezembro da Garantidora CEMIG, auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM), conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
Patrimônio/Ativo Total	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA	Menor ou igual a 4 vezes

Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia terá até 30 dias, contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, para constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2014 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2014	2013
Eficiência Energética	159.665	123.420
Pesquisa e Desenvolvimento	7.343	37.815
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.405	10.126
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.259
Encargos de Capacidade Emergencial	31.010	31.018
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.037	1.633
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
	247.925	235.478
Passivo Circulante	57.257	125.534
Passivo Não Circulante	190.668	109.944

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2014.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de Pensão no montante de R\$579.228 em 31 de dezembro de 2014 (R\$585.207 em 31 de dezembro de 2013). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que o cálculo atuarial apresenta um passivo líquido com fundo de pensão menor que o saldo da dívida. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	5.152.363	821.325	23.566	482.852	6.480.106
Valor Justo dos Ativos do Plano	(5.100.577)	-	-	-	(5.100.577)
Passivo Líquido inicial	51.786	821.325	23.566	482.852	1.379.529
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	46.301	-	-	-	46.301
Passivo Líquido ajustado	98.087	821.325	23.566	482.852	1.425.830
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	481.141	-	-	-	481.141
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informado no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	4.720.113	737.236	20.848	424.877	5.903.074
Custo do Serviço Corrente	3.892	4.643	133	2.248	10.916
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Perdas Atuariais	296.137	40.701	1.496	12.111	350.445
Benefícios Pagos	(425.902)	(52.359)	(1.487)	(8.372)	(488.120)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	5.152.363	821.325	23.566	482.852	6.480.106

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	4.961.664
Retorno real dos investimentos	487.115
Contribuições do Empregador	77.700
Benefícios pagos	(425.902)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2014	5.100.577

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2014 e 2013 são como segue:

2014	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.893	4.643	133	2.248	10.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	558.123	91.104	2.576	51.988	703.791
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(592.563)	-	-	-	(592.563)
Despesa (Receita) Conforme Laudo Atuarial	(30.547)	95.747	2.709	54.236	122.145
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	30.547	-	-	-	30.547
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	71.721	-	-	-	71.721
Despesa Total em 2014	71.721	95.747	2.709	54.236	224.413

2013	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	6.640	12.633	345	5.306	24.924
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	541.744	51.649	1.403	47.504	642.300
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(482.393)	-	-	-	(482.393)
Despesa Conforme Laudo Atuarial	65.991	64.282	1.748	52.810	184.831
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	1.944	-	-	-	1.944
Despesa Total em 2013	67.935	64.282	1.748	52.810	186.775

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 01 de janeiro de 2013	704.518	586.388	15.983	514.184	1.821.073
Despesa Reconhecida no Resultado	67.935	64.282	1.748	52.810	186.775
Contribuições Pagas	(73.101)	(46.973)	(1.386)	(8.486)	(129.946)
Perdas atuariais (*)	(114.145)	133.539	4.503	(133.631)	(109.734)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa Reconhecida no Resultado	71.721	95.747	2.709	54.236	224.413
Contribuições Pagas	(77.700)	(52.359)	(1.487)	(8.372)	(139.918)
Perdas atuariais (*)	-	40.701	1.496	12.111	54.308
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	579.228	821.325	23.566	482.852	1.906.971
				2014	2013
Passivo Circulante				109.879	99.022
Passivo Não Circulante				1.797.092	1.669.146

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

As despesas com Fundo de Pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida no exercício de 2015 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.429	5.449	167	2.514	11.559
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	592.028	98.722	2.833	57.411	750.994
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(585.038)	-	-	-	(585.038)
Despesa Total em 2015 conforme laudo atuarial	10.419	104.171	3.000	59.925	177.515
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	61.602	-	-	-	61.602
Despesa Total em 2015	72.021	104.171	3.000	59.925	239.117

O cálculo atuarial apresenta uma despesa estimada em 2015 referente ao fundo de pensão, porém, a Companhia efetuará um complemento correspondente à despesa financeira referente à dívida pactuada com a fundação, conforme mencionado anteriormente nesta nota. A expectativa para a despesa financeira referente à dívida em 2015 é de R\$ 72.021.

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2015 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de Pagamento de Benefícios	449.327	55.239	1.569	9.009	515.144

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2015 no montante de R\$ 81.974 e R\$ 58.582 para o Plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2014	2013
Ações de empresas brasileiras	8,70%	9,83%
Títulos de Renda Fixa	57,86%	63,51%
Imóveis	8,25%	4,99%
Outros	25,19%	21,67%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig e Cemig Distribuição:

	2014	2013
Debêntures não Conversíveis Emitidas pela Patrocinadora	121.874	115.703
Ações Emitidas pela Patrocinadora	5.645	6.016
Imóveis da Fundação Ocupados pelas Patrocinadoras	177.790	116.100
	305.309	237.819

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2014	2013
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12,00%	12,36%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,00%	12,36%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Alteração na Tábua de Mortalidade em 1 ano	188.577	12.421	344	18.348	219.690
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	519.358	100.017	2.849	84.499	706.723

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	2013	Adições	Reversões	Liquidações	2014
Trabalhistas	99.201	181.619	(2.654)	(41.821)	236.345
Cíveis	-				
Relações de Consumo	22.628	9.462	(6.507)	(9.618)	15.965
Outras Ações Cíveis	16.272	11.502	-	(4.080)	23.694
	38.900	20.964	(6.507)	(13.698)	39.659
Tributárias	5.491	11.809	(6.856)	(883)	9.561
Ambientais	42	9	-	-	51
Regulatórias	29.832	987	(19.546)	(399)	10.874
Outras	8.239	303	(1.619)	(291)	6.632
Total	181.705	215.691	(37.182)	(57.092)	303.122

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. E, ainda, pedidos relativos à terceirização de mão de obra. A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$534.926 (R\$375.612 em 2013), dos quais R\$145.883 (R\$99.201 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. Em 04 de julho de 2013, foi publicado acórdão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que manteve as cláusulas já existentes nos acordos coletivos anteriores, sem acrescentar nova obrigação à Companhia.

Em 13 de outubro de 2014, foi publicada, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), decisão em sede de Recurso Ordinário, para dar provimento ao recurso de uma entidade sindical, concedendo 3% de aumento real aos empregados a título de produtividade. A Companhia apresentou Embargos de Declaração à seção especializada em dissídios coletivos do TST, a qual negou-lhe provimento em 15 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$90.462, que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual, que motivou a reavaliação da probabilidade de perda, por parte de nossos assessores jurídicos, de possível para provável.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$18.410 (R\$48.850 em 2013), dos quais R\$15.965 (R\$22.628 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Esta redução decorre, principalmente, da anulação de diversas multas aplicadas pelo Procon à Companhia.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$154.826 (R\$112.568 em 2013), dos quais R\$23.694 (R\$16.272 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$19.273 (R\$12.373 em 2013), dos quais R\$9.561 (R\$5.491 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$98.309 (R\$99.246 em 2013), dos quais R\$10.874 (R\$29.832 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$56.120 (R\$52.241 em 2013), dos quais R\$6.683 (R\$8.281 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$171.356 (R\$156.745 em 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$840.116 (R\$556.525 em 2013), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

A variação verificada em 2014, quando comparado a 2013, decorre, principalmente, de novos autos de infração, em função de fatos geradores de períodos recentes.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$291.323 (R\$140.838 em 2013) e a probabilidade de perda foi classificada inicialmente como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

O aumento no montante contingente decorre, principalmente, de Despacho Decisório da Secretaria da Receita Federal que não homologou compensações realizadas pela Companhia em relação ao PIS/COFINS, alegando que determinadas receitas financeiras estariam relacionadas, diretamente, com as atividades da empresa. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em função da Companhia ter obtido decisão favorável, transitada em julgado em 2012, em Ação Ordinária que objetivava o reconhecimento da inconstitucionalidade da incidência do PIS/COFINS sob receitas que não se originavam de vendas de mercadorias e/ou de prestação de serviços.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$150.489. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$18.937 (R\$17.025 em 2013).

Adicionalmente, a Controladora é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.438.400 (R\$1.273.863 em 2013), para os quais a Controladora classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação a aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$59.081, em 31 de dezembro de 2014. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$189.671 (R\$142.496 em 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$227.234 (R\$177.562 em 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$183.257 (R\$155.150 em 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de da análise realizada pela Companhia da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$25.311.

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$20.817 e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, antes da retenção dos valores para constituição da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2014 no montante de R\$131.610. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$44.747, reconhecidos no resultado do exercício de 2014 (R\$41.873 em 2013).

	2014	2013
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	429.909	490.254
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	214.955	245.127
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	19.742	18.473
	234.697	263.600
Dividendos Propostos		
Juros sobre capital próprio	131.610	123.157
Dividendos por ação - R\$		
Dividendos Obrigatórios	0,10	0,11
Dividendos Propostos	0,06	0,11

Proposta de Destinação do Lucro de 2014

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30 de abril de 2015, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2014, no montante de R\$429.909 mil:

- R\$21.495 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal;
- R\$131.610 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios através de Juros sobre o Capital Próprio – JCP;
- R\$936 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$275.868 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2015.

Dividendos Extraordinários

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de junho de 2014, deliberou pagar dividendos extraordinários, com utilização de recursos das Reservas de Lucros, no montante de R\$170.000.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2014	2013
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	206.476	184.981
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	936	-
Reserva de Retenção de Lucros	245.605	242.824
	453.017	427.805

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$21.495 de Reserva Legal em 2014, correspondente a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se substancialmente aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através de Despacho Decisório de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$936.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base no número médio de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2014	2013
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Exercício	429.909	490.254
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	0,1901	0,2167

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2014	2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	11.443.318	9.816.142
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	893.417	1.046.510
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.106.675	-
Transações com Energia na CCEE	-	180.423
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (d)	861.437	883.801
Outras Receitas Operacionais (e)	1.039.158	814.389
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(4.102.887)	(3.535.333)
	11.241.118	9.205.932

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Residencial	10.013.757	9.473.426	5.183.149	4.517.617
Industrial	4.076.645	4.044.861	1.487.561	1.310.218
Comércio, Serviços e Outros	6.030.715	5.693.262	2.703.724	2.282.075
Rural	3.390.096	3.028.459	908.436	740.809
Poder Público	891.454	860.709	381.144	328.240
Iluminação Pública	1.298.047	1.267.202	357.892	310.770
Serviço Público	1.272.365	1.241.898	368.136	319.662
Subtotal	26.973.079	25.609.817	11.390.042	9.809.391
Consumo Próprio	37.590	35.162	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	53.276	6.751
Total	27.010.669	25.644.979	11.443.318	9.816.142

(*) Valores em MWh informados não auditados pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros foram reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Devido ao reconhecimento de forma prospectiva, a partir da assinatura do aditivo ao contrato de concessão, os montantes reconhecidos inicialmente decorrem de saldos constituídos no último reajuste tarifário e ainda não amortizados, bem como das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas no próximo reajuste tarifário.

d) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 14 e 23 das Demonstrações Financeiras.

e) Outras Receitas Operacionais

	2014	2013
Serviço Taxado	11.136	9.793
Outras Prestações de Serviços	11.535	12.499
Subvenções (*)	790.011	672.562
Aluguel e Arrendamento	84.113	61.007
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	141.391	56.553
Outras	972	1.975
	1.039.158	814.389

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2014	2013
Impostos sobre a Receita		
ICMS	2.564.586	2.269.483
PIS-PASEP	223.977	184.080
COFINS	1.031.654	847.883
ISSQN	427	340
	3.820.644	3.301.786
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	46.921	39.817
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	194.303	121.506
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	-	25.645
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	18.769	19.213
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	18.576	11.560
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	9.288	7.576
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas) (1)	(5.614)	8.230
	282.243	233.547
	4.102.887	3.535.333

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Pessoal (a)	885.890	893.619
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	183.803	146.437
Obrigações Pós-Emprego (nota 19)	152.692	118.840
Materiais	79.997	52.581
Serviços de Terceiros (b)	736.595	720.655
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	5.747.681	4.089.448
Amortização	427.643	416.096
Provisões Operacionais (d)	300.473	274.942
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	573.270	410.290
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	861.437	883.801
Outras Despesas Líquidas (f)	299.473	327.813
	10.248.954	8.334.522

a) Despesas com Pessoal	2014	2013
Remunerações e Encargos	768.126	722.415
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	54.826	52.476
Benefícios Assistenciais	109.243	106.873
	932.195	881.764
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	(49.051)	(40.554)
Provisão referente aos Programas de Desligamento de Empregados	2.746	52.409
	885.890	893.619

b) Serviços de Terceiros	2014	2013
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	183.671	183.100
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	174.669	159.196
Comunicação	73.935	74.176
Conservação e Limpeza de Prédios	63.141	64.229
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	-	24.859
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	26.073	29.869
Corte e Religação	19.276	17.323
Podas de Árvores	22.890	23.744
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	20.010	21.145
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	27.739	15.102
Mão de Obra Contratada	3.722	10.760
Hospedagem e Alimentação	12.140	10.172
Vigilância	10.723	8.782
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	5.110	6.507
Manutenção e Conservação de Veículos	7.407	6.080
Reprografia e Publicações Legais	5.755	6.091
Inspeção de Unidades Consumidoras	4.365	5.232
Fretes e Passagens	4.423	3.181
Consultoria	13.364	4.756
Meio Ambiente	2.206	2.090
Outros	55.976	44.261
	736.595	720.655

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2014	2013
Energia de Itaipu Binacional	830.140	1.015.530
Contratos por Cotas de Garantia Física	220.585	226.141
Cotas das Usinas de Angra I e II	179.395	160.413
Energia de Curto Prazo	1.127.361	236.069
Contratos Bilaterais	308.089	288.309
Energia adquirida em Leilão	3.393.999	2.297.461
PROINFA	261.782	255.535
Créditos de PASEP/COFINS	(573.670)	(390.010)
	5.747.681	4.089.448

d) Provisões (Reversões) Operacionais	2014	2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	121.964	117.931
Provisão (Reversão) para Contingências		
Trabalhistas	178.965	139.255
Cíveis	14.457	(8.415)
Tributárias	4.953	4.431
Ambientais	9	(232)
Regulatórias	(18.559)	19.754
Outras	(1.316)	2.218
	178.509	157.011
	300.473	274.942

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	2014	2013
Pessoal	59.557	50.910
Materiais	374.411	342.129
Serviços de Terceiros	348.693	417.101
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	49.858	36.980
Outros	28.918	36.681
	861.437	883.801

f) Outras Despesas Líquidas	2014	2013
Arrendamentos e Aluguéis	77.403	65.114
Propaganda e Publicidade	16.363	37.922
Consumo Próprio de Energia Elétrica	16.654	12.901
Subvenções e Doações	15.101	13.739
Taxa de Fiscalização da ANEEL	14.237	20.098
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	100.996	80.364
Contribuição à CCEE	3.275	3.638
Seguros	1.908	1.539
Forluz – Custeio Administrativo	16.056	16.159
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	39.095	80.485
Outras (Recuperação de Despesas)	(1.615)	(4.146)
	299.473	327.813

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, que não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2014	2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	93.427	73.293
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	155.604	154.217
Variações Cambiais	15.109	16.521
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	-	1.006
Variações Monetárias (1)	17.961	108.643
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras (1)	-	65.838
Multas Contratuais	9.711	18.725
Atualização do Ativo Financeiro	58.184	4.875
Outras	8.418	9.981
	358.414	453.099
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(422.180)	(351.922)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(71.721)	(67.935)
Variações Cambiais	(25.545)	(44.640)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(169.064)	(117.544)
Variação Monetária de P&D e PEE	(14.977)	(11.729)
Outras Variações Monetárias	(5.603)	(3.854)
Outras	(42.128)	(49.253)
	(751.218)	(646.877)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(392.804)	(193.778)

- (1) A Companhia Energética de Minas Gerais discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a CEMIG D, foi em um percentual de 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig D, de R\$162.256, foi reconhecido no resultado financeiro em 2013, conforme segue:
- R\$65.838 como reversão de PASEP e COFINS;
 - R\$96.418 como receita de variação monetária;

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	12.833	961	-	-	(19.930)	(8.940)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	111.868	245.127	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	9.901	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	2.319	13.002	-	-	(1.285)	(10.599)
Operações com Energia Elétrica (2)	2.773	3.102	11.988	15.815	35.447	36.192	(122.234)	(140.596)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	479	23.600	-	-	-	-	-	-
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	305	7.897	7.996	5.570	5.292	(102.668)	(96.586)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	148	114	-	-	(1.458)	(1.247)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.556	1.818	-	-	(19.577)	(15.640)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	498	368	-	-	(3.610)	(2.940)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.220	-	-	-	(13.953)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	489	331	-	-	(5.993)	(5.591)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	315	306	-	-	3.485	3.105	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	6.205	7.103	-	-	3.728	3.934	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	2.656	6.646	-	-	(9.884)	(14.185)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	2.577	20.695	-	-	105.273	87.694	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	47.001	41.613	-	-	(71.721)	(67.935)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(54.826)	(52.476)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(16.056)	(16.159)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	1.108	758	-	-	(12.708)	(9.009)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	532.228	543.594	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	52.359	48.359	-	-	(98.456)	(66.030)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (10)	-	-	792.532	709.725	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e linhas de distribuição, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (7) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 23) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 15, 17, 19, 22 e 23 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Cemig Distribuição aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig Distribuição de 7,08% no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig D 7,08%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	785
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	3.543
CEMIG GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	756
CEMIG GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	1.501
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	715
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	355
				7.655

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	2014	2013
Remuneração	9.126	8.692
Participação nos Resultados	2.568	2.450
Benefícios Pós Emprego	993	930
Benefícios Assistenciais	270	129
Total	12.957	12.201

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ) e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Depósitos Vinculados a Litígios, Fundos Vinculados, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96% e CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	241.730	241.730	629.680	629.680
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.799.801	1.799.801	1.626.984	1.626.984
Depósitos Vinculados a Litígios	865.556	865.556	853.961	853.961
Subvenção Baixa Renda	35.197	35.197	26.886	26.886
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	344.896	344.896	174.613	174.613
Fundos Vinculados	795	795	1.772	1.772
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.106.675	1.106.675	-	-
	4.394.650	4.394.650	3.313.896	3.313.896
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.943.682	5.943.682	5.063.802	5.063.802
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	17.154	17.067	30.932	30.867
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	85.391	85.391	56.718	56.718
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.119.485	1.119.485	853.825	853.825
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.048.250	5.788.387	5.247.919	5.298.044
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	579.228	579.228	585.207	585.207
	7.746.963	7.487.100	6.686.951	6.737.076

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2014		2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	9.245	24.554	13.807	32.345
Fornecedores (Itaipu Binacional)	57.433	148.864	76.982	179.924
	66.678	173.418	90.789	212.269
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.319	4.257	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		177.675		218.653

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2015 será uma valorização de 12,95% para o dólar (R\$3,00) e uma valorização de 2,26% para o Euro (R\$3,30). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2014	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	24.554	27.734	34.668	41.601
Fornecedores (Itaipu Binacional)	148.864	168.145	210.181	252.218
	173.418	195.879	244.849	293.819
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.257	4.353	5.442	6.530
Passivo Líquido Exposto	177.675	200.232	250.291	300.349
Efeito Líquido da Variação Cambial		22.557	72.616	122.674

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	2014	2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	241.730	629.680
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	102.545	87.650
Fundos Vinculados	795	1.772
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC * (nota 13)	1.066.314	-
	<u>1.411.384</u>	<u>719.102</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 17)	(3.124.703)	(1.983.570)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.713.319)</u>	<u>(1.264.468)</u>

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2015, a taxa SELIC será de 13,25%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2014	31 de dezembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 13,25%	Cenário SELIC 16,56%	Cenário SELIC 19,88%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	241.730	273.759	281.760	289.786
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6)	102.545	116.132	119.526	122.931
Fundos Vinculados	795	900	927	953
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.066.314	1.207.601	1.242.896	1.278.297
	<u>1.411.384</u>	<u>1.598.392</u>	<u>1.645.109</u>	<u>1.691.967</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 17)	(3.124.703)	(3.538.726)	(3.642.154)	(3.745.894)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.713.319)</u>	<u>(1.940.334)</u>	<u>(1.997.045)</u>	<u>(2.053.927)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(227.015)</u>	<u>(283.726)</u>	<u>(340.608)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2014	2013
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 13) (*)	4.416.121	5.063.802
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.621.950)	(2.460.652)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 17)	-	(424.172)
	(2.621.950)	(2.884.824)
Ativo Líquido Exposto	1.794.171	2.178.978

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25/03/2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 7,83% e 6,16%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2014	31 de dezembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 7,83% IGP-M 6,16%	Cenário IPCA 9,79% IGP-M 7,70%	Cenário IPCA 11,75% IGP-M 9,24%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 13)	4.416.121	4.688.154	4.756.162	4.824.171
Passivos				
Empréstimos Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(2.621.950)	(2.827.249)	(2.878.639)	(2.930.029)
Ativo Líquido Exposto	1.794.171	1.860.905	1.877.523	1.894.142
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		66.734	83.352	99.971

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	247.547	1.734.051	412.360	3.871.399	2.212.954	8.478.311
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	6.684	20.385	55.731	482.246	405.855	970.901
	254.231	1.754.436	468.091	4.353.645	2.618.809	9.449.212
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.023.187	96.298	-	-	-	1.119.485
	1.277.418	1.850.734	468.091	4.353.645	2.618.809	10.568.697

Risco de Crédito

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia. Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) **
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a Cemig D a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do banco sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Em 31 de dezembro de 2014 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2014	2013
Total do Passivo	11.382.613	10.005.078
Caixa e Equivalentes de Caixa	(313.799)	(685.969)
Fundos Vinculados	(795)	(1.772)
Passivo Líquido	11.068.019	9.317.337
Total do Patrimônio Líquido	2.482.227	2.492.858
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,46	3,74

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31/12/2014	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	21.888	-	21.888	-
Letras Financeiras – Bancos	44.309		44.309	
Letras Financeiras do Tesouro	8.268	8.268	-	-
Debêntures	9.707		9.707	
Outros	1.219		1.219	
	85.391	8.268	77.123	
Fundos Vinculados	795	-	795	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.943.682	-	-	5.943.682
	6.029.868	8.268	77.918	5.943.682

	Saldo em 31/12/2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	10.436	-	10.436	-
Letras Financeiras – Bancos	31.561	-	31.561	-
Letras Financeiras do Tesouro	3.358	3.358	-	-
Debêntures	9.503	-	9.503	-
Outros	1.860	-	1.860	-
	56.718	3.358	53.360	
Fundos Vinculados	1.772	-	1.772	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.063.802	-	-	5.063.802
	5.122.292	3.358	55.132	5.063.802

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2014 a 29/04/2015	US\$ 4.824 US\$ 14.000	US\$ 72
Almoxarifados		02/10/2014 a 02/10/2015	R\$ 93.239	R\$ 148
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2015 a 08/01/2017	R\$ 540.809	R\$ 120
Equipamentos de telecomunicações		08/01/2015 a 08/01/2016	R\$ 15.958	R\$ 7
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.500 mil (2)	Total	07/12/2014 a 07/12/2015	R\$ 662.472	R\$ 827

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$200.101 mil.

A Companhia não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

29. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.236.817	1.024.741	307.964	448.593	427.305	1.602.830	6.048.250
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.285.538	1.295.578	1.392.447	1.338.687	1.282.997	41.416.452	48.011.699
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	27.922	28.514	29.965	31.452	33.012	1.537.639	1.688.504
Compra de Energia - Leilão	4.031.021	4.167.887	3.950.974	4.186.447	5.295.321	112.767.816	134.399.466
Compra de Energia Elétrica – Contratos bilaterais	308.810	266.849	274.752	288.092	301.982	1.995.950	3.436.435
Cotas das Usinas Angra 1 e Angra 2	179.957	190.722	201.221	211.631	213.709	9.691.653	10.688.893
Cotas de Garantias Físicas	545.738	233.903	179.567	234.668	212.380	9.856.958	11.263.214
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	47.001	49.821	52.810	55.979	59.338	314.279	579.228
Arrendamentos Operacionais	52.498	14.991	15.805	16.576	2.784	-	102.654
	8.715.302	7.273.006	6.405.505	6.812.125	7.828.828	179.183.577	216.218.343

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

Em 7 de abril de 2014, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 da Companhia. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 16,33%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 11,91% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 4,91%, que vigorará até abril de 2015.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	2014	2013
Encargos Financeiros Capitalizados	69.828	40.136
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	844.185	318.940
Receita de Construção	861.437	883.801

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste Tarifário Extraordinário

Em 27 de fevereiro de 2015 a ANEEL divulgou as tarifas da Cemig D a serem faturadas a partir de 02 de março de 2015, relativas ao Reajuste Tarifário Extraordinário. Este reajuste cobre os custos relativos à: (i) aumento da cota de CDE; (ii) aumento dos custos com a compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu; (iii) resultado do 14º leilão de energia existente e do 18º leilão de ajuste; e (iv) custos com a exposição involuntária ao mercado de curto prazo. O impacto médio a ser percebido pelos clientes da Cemig D é de 28,76%.

Com relação às Bandeiras Tarifárias, foi homologado o valor de R\$2,50 para a Bandeira Amarela e o valor de R\$5,50 para a Bandeira Vermelha, ambos para cada 100 kWh consumidos. Tais valores irão cobrir o aumento dos custos devido a condições menos favoráveis de geração de energia, em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que torna necessária a geração de energia por fonte termelétrica e gera exposições ao mercado de curto prazo.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

No dia 11 de março de 2015 o Conselho de Administração da Cemig deliberou autorizar a transferência à Cemig D, de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), bem como encaminhar a proposta à Assembleia Geral Extraordinária, para que a declaração do voto do representante da Cemig na AGE da Cemig D seja favorável à aprovação do aumento do capital social da Cemig D e para que seja feita a alteração do Estatuto Social desta companhia para refletir o aludido aumento de capital.

O capital da Cemig D passará de R\$2.261.998 para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada, a serem subscritas e integralizadas pela CEMIG através do AFAC.

O preço de emissão foi fixado pelo valor do patrimônio líquido da ação. A quantidade total de ações passará de 2.261.997.787 para 2.359.113.452 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos
Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes
Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Mário Lúcio Serrano
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Comercial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídica

Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Continuidade das operações da Companhia

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a Companhia detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Companhia encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Companhia um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2015.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

- aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Bruno Gonçalves Siqueira
Lauro Sander
Luiz Guarita Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Aliomar Silva Lima

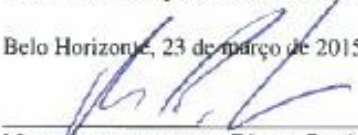
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES



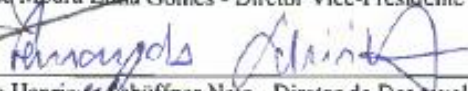
DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 601ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 23-03-2015, aprovamos a conclusão, em 23-03-2015, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2014; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.


Belo Horizonte, 23 de março de 2015.



Mauro Borges Lemos - Diretor Presidente

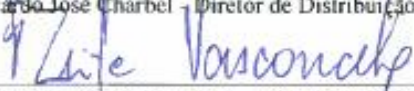

Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente


Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

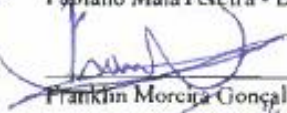

Márcio Luiz Serrano - Diretor de Gestão Empresarial



Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás


Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização


Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial


Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores


Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica


Luiz Fernando Rolin - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação


Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 601ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A. - Cemig D, realizada em 23-03-2015, aprovamos a conclusão, em 23-03-2015, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2014; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.



Mauro Borges Lemos - Diretor Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente

Fernando Henrique Schöffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Márcio Lúcio Soriano - Diretor de Gestão Empresarial

Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás

Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização

Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial

Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor sem denominação específica

Luiz Fernando Rolla - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico